

# OS DIREITOS NA ESFERA PÚBLICA MEDIÁTICA

A IMPRENSA COMO  
INSTRUMENTO DA CIDADANIA

MURILO CÉSAR SOARES

**OS DIREITOS  
NA ESFERA PÚBLICA  
MEDIÁTICA**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO  
Responsável pela publicação desta obra

Mauro de Souza Ventura  
Ana Sílvia Lopes Davi Médola  
Danilo Rothberg  
Juliano Maurício de Carvalho

MURILO CÉSAR SOARES

**OS DIREITOS  
NA ESFERA PÚBLICA  
MEDIÁTICA**

A IMPRENSA COMO  
INSTRUMENTO DA  
CIDADANIA

**CULTURA  
ACADÊMICA**  

---

*Editora*

© 2011 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

Cip – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

S653d

Soares, Murilo César

Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa  
como instrumento da cidadania / Murilo César Soares.  
São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-354-0

1. Jornalismo Brasil. 2. Jornalismo Aspectos so-  
ciais. 3. Democracia. 4. Cidadania. I. Título.

12-9265.

CDD: 070.4

CDU: 070

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

Introdução 7

1 A questão da cidadania no Brasil 15

2 Representação jornalística e cidadania 21

3 Análise de conteúdo do noticiário 35

4 Análises dos enquadramentos noticiosos 59

Conclusões 99

Referências bibliográficas 105



# INTRODUÇÃO

Este livro trata das relações entre imprensa e cidadania, assunto ao qual estamos nos dedicando nos últimos anos em conjunto com os colegas e orientandos do grupo de pesquisa Mídia e Sociedade. A cidadania vem recebendo uma crescente atenção das pesquisas acadêmicas, com a publicação no Brasil e no exterior de livros, artigos e revistas especializadas. Trata-se de um conceito que se encontra na encruzilhada de diversas disciplinas, como a Ciência Política, a Sociologia, o Direito, a História, e a Filosofia, proporcionando um diálogo entre esses campos. É um assunto de grande relevância, na medida em que a essência da cidadania é a expansão dos direitos e garantias de pessoas e coletividades, relacionando-se aos esforços pelo desenvolvimento humano e social. Nossa pesquisa se constitui de uma discussão conceitual em torno da cidadania e do papel da imprensa em sua defesa para, em seguida, verificarmos a maneira como ela é retratada em dois jornais diários, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e analisar os enquadramentos construídos por essas publicações na cobertura de temas referentes aos direitos dos cidadãos.



## Agradecimentos

Agradeço ao programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no qual desenvolvi a investigação, em estágio pós-doutoral, que resultou neste livro, sob a supervisão do coordenador do programa, Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo. Outros agradecimentos são para o Departamento de Ciências Humanas, que criou as condições para a realização de nosso estágio e à bolsa de Iniciação Científica Karen Terossi, que me auxiliou nas tarefas de produção dos dados.

## Referências teóricas

Noções importantes para o desenvolvimento desse trabalho são as de *cidadania*, *esfera pública*, *hegemonia* e *jornalismo*, esta última tomada como instituição política que faz a interface entre o Estado, a sociedade civil e a opinião pública.

A cidadania, entendida na contemporaneidade como posse de direitos, é uma noção com dimensões jurídica, sociológica, histórica e política. Como é o foco de nossa análise, dedicamos uma seção em particular a ela. No Brasil, diversos pesquisadores têm lançado mão desse conceito para reformular temas e reexaminar questões de nossa sociedade, principalmente tendo em vista suas graves e permanentes desigualdades.

Entre os direitos da cidadania, o acesso à *informação* é aquele que dá acesso aos demais direitos, entendidos como “direitos-fim”. É por meio da informação que os cidadãos podem fazer escolhas e julgamentos de forma autônoma, de modo que a informação os auxilia a exercerem suas prerrogativas, tornando, por meio de sua difusão, os demais direitos mais acessíveis (Gentili, 2005).

Para Gentili, jornais são uma autêntica instituição da sociedade civil que desempenham a função pública de atender aos direitos à informação. Há, por conseguinte, uma responsabilidade dos meios para com a sociedade, independente de serem privados, pois embora se constituam como empresas, instituições livres, prestam contas à Justiça e aos cidadãos.

*A esfera pública*, noção que vem sendo elaborada desde o texto seminal de Habermas (1984), é uma concepção que procuraremos empregar no estudo dos meios de comunicação, em particular os noticiosos, considerados como um fórum de debate racional da sociedade (da cidadania) sobre questões públicas. Esse conceito coloca em jogo o papel dos meios de comunicação na manutenção da transparência e na discussão dos problemas coletivos, promovendo a participação democrática. Os meios de comunicação, normativamente, ao conferirem visibilidade às questões discutidas na sociedade, criam uma “nova base reflexiva e recursiva” para os atores sociais, permitindo que estes modifiquem suas estratégias discursivas e moldem a maneira como entendem a si mesmos e seus interesses (Maia, 2006).

*Jornalismo* é o conceito central da elaboração da pesquisa e, por isso, será examinado em suas diversas atuações, ou seja, como meio de agendamento e de enquadramento de questões públicas; como instituição política da sociedade civil, capaz de participar do processo político e administrativo, atuando como fiscalizador da ação estatal e como interface com a opinião pública. O agendamento é a capacidade dos meios noticiosos de pautarem assuntos para os leitores, selecionando os temas considerados relevantes e que vão compor o elenco das prioridades da sociedade. Já o enquadramento corresponde à forma como esses assuntos serão abordados, a angulação das matérias, as definições de situação e as avaliações implícitas nos textos jornalísticos.

A combinação dessas duas propriedades das coberturas jornalísticas confere um lugar especial para a imprensa na sociedade contemporânea como uma instituição política da sociedade civil (Cook, 2005; Soares, 2008), com uma capacidade variável de participar das deliberações.

Realizamos nesta obra uma revisão das principais abordagens propostas por alguns trabalhos que analisaram o papel do jornalismo na construção da esfera pública democrática. Vamos nos apoiar, em especial, em trabalho anterior (Soares, 2008), no qual argumentamos que, apesar de o jornalismo ser uma atividade empresarial e se dar num contexto de classes com interesses divergentes e conflitos, existem consensos mínimos compartilhados pelas classes, de modo que os jornais buscariam um ponto de equilíbrio na composição de forças sociais. Em vez de adotarmos definições categóricas ou visões essencialistas sobre o papel do jornalismo, damos ênfase, com base no conceito de *hegemonia*, a uma visão histórica, que vê a atuação desse campo marcada pela composição de diversas forças, como os interesses dos grupos sociais e políticos, que se confrontam em situações concretas, mas também os valores profissionais dos jornalistas, que reportam esses conflitos.

Acreditamos que a noção de hegemonia permita superar o impasse teórico entre a crítica radical e o otimismo ingênuo a respeito da ação política dos meios noticiosos, mostrando a comunicação como um campo de tensões, passível de ser analisado em cada caso, e não como um dado determinístico, estabelecido de antemão. O conceito, por um lado, reconhece a assimetria que os meios estabelecem na sociedade, mas, por outro, investe nas possibilidades representadas pelas contradições sociais, pelo fato de que os meios estão relacionados aos contextos das audiências e dos leitores, cujos interesses são diferentes daqueles das classes hegemônicas. Se parece evidente

que os meios noticiosos não estimulam rupturas radicais, talvez possam encorajar reformas importantes. Assim, o conceito de hegemonia, empregado de maneira crítica, parece oferecer um modelo complexo de análise de relações políticas, culturais e sociais no campo da comunicação, pois é flexível o bastante para interpretar situações de forma não determinista ou essencialista.

Não se pretende aqui fazer a apologia do papel do jornalismo, nem, pelo contrário, adotar uma atitude intransigente, negando valor ao papel dos meios noticiosos, mas procura-se manter uma perspectiva analítica, baseada em evidências textuais, que podem indicar tanto as limitações nas coberturas quanto completudes, sugerindo, eventualmente, vias de aperfeiçoamento da atuação do jornalismo no campo da cidadania.

## Análises

O tema do trabalho – a atuação da imprensa em temas da cidadania – foi verificado por meio da análise de coberturas jornalísticas dos dois maiores jornais paulistas, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. As matérias dessas publicações referentes a diversos temas de cidadania foram lidas, identificadas e separadas por tema. No trabalho que desenvolvemos nesta pesquisa, foram examinadas as coberturas de casos envolvendo a ameaça ou violação de direitos da cidadania, por particulares ou agências do Estado, procurando identificar o *agendamento* e os *enquadramentos* adotados pelos jornais ao retratar esses assuntos – e seus desdobramentos – ou, mais especificamente, as atitudes e ações concretas das autoridades públicas envolvidas.

Num primeiro momento, fizemos um painel geral da importância dada à cobertura de direitos sociais, repre-

sentados pelas demandas de movimentos sociais ou pela precariedade de condições de vida, educação, saúde e emprego; à violação de direitos civis, como prisões ilegais, violência policial, usurpação e abuso de autoridade.

Num segundo momento, focalizamos em especial os enquadramentos da cobertura jornalística empregados nas reportagens sobre a inserção dos negros na sociedade e na economia brasileiras, entendendo-a como um tema dos direitos civis e sociais da cidadania.

A interpretação dos resultados das análises do agendamento e enquadramentos da cobertura jornalística foi feita a partir das referências teóricas apresentadas preliminarmente, especialmente os conceitos de *hegemonia* e de *esfera pública*, procurando identificar os temas relativos focalizados nas coberturas dos dois jornais e os enquadramentos construídos na sua representação. Com base na investigação, procuramos responder às perguntas formuladas pelo projeto, buscando situar o papel peculiar dos meios noticiosos entre os recursos sociais para a implementação dos direitos da cidadania e indicar alternativas para seu aperfeiçoamento. Essa interpretação se insere no campo das discussões ampliadas sobre a construção da esfera pública mediática e do papel desempenhado pelo jornalismo enquanto instituição política da sociedade civil.

## Objetivos das análises

A parte analítica tem como objetivo identificar o papel da imprensa na defesa de direitos da cidadania, por meio da análise das matérias jornalísticas sobre acontecimentos correlatos. Nesse sentido, o trabalho alinha-se na perspectiva teórica que identifica o papel fiscalizador do jornalismo, mas, em vez de centrar-se na questão política *stricto sensu* (Executivo, Legislativo, eleições, partidos etc.), focaliza os direitos dos cidadãos que reclamam a ação do

poder público. Trata-se, assim, de questões políticas *lato sensu*, uma vez que dizem respeito à ação ou à omissão do Estado em assuntos de sua competência legal ou nos quais se reclama sua atuação.

Os direitos que estão em discussão são civis, políticos e sociais, ou seja, os chamados direitos de cidadania de primeira, segunda e terceira gerações. Procuraremos verificar até que ponto e de que forma o jornalismo atua como um instrumento de afirmação da cidadania, agendando questões, narrando acontecimentos, dando publicidade aos fatos, verbalizando opinião editorial sobre eles ou veiculando as demandas pelas vozes vindas de camadas, categorias e setores da sociedade. Embora as análises possam ter localizados casos em que a ação da imprensa foi positiva na perspectiva da cidadania, o estudo não partirá daí para concluir que essa é a regra geral. No entanto, atuações observadas circunstancialmente permitem a formulação de princípios *normativos* que, idealmente, deveriam corresponder ao papel de toda imprensa em uma sociedade democrática.

Algumas perguntas orientaram nossa investigação:

- Qual a importância dos direitos da cidadania no conjunto do noticiário dos jornais analisados (agendamento)?
- Desses temas, quais os mais destacados no período analisado?
- Os assuntos focalizados tiveram continuidade ao longo do tempo?
- Quais as classes sociais ou categorias referidas nesses temas?
- Qual o sentido dos enquadramentos praticados pelas reportagens sobre esses temas?
- Qual a contribuição do noticiário em geral para a racionalidade do debate público sobre os assuntos enfocados?

- A partir dos achados das análises, que considerações podem ser feitas sobre o papel da imprensa diária na qualidade da esfera pública mediática?
- Quais inferências podem ser feitas sobre o envolvimento e a importância dos jornais na promoção dos direitos sociais no Brasil?
- Em termos normativos, que perspectivas se podem apresentar para a ampliação da cobertura jornalística nos temas de cidadania pela imprensa?

# 1

## A QUESTÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

### Cidadania, ontem e hoje

Embora a noção remonte à Antiguidade, originalmente cidadania dizia respeito aos privilégios das categorias sociais dominantes, sendo instrumento ou indicação de uma discriminação das classes subalternas. Quando ressurgiu, no final da Idade Média e na Renascença, a cidadania em várias cidades da Itália e Alemanha era garantia de imunidade para mercadores e outras pessoas distinguidas contra as pretensões e prerrogativas de senhores feudais. Em suas origens, como se vê, tratava-se, portanto, de um conceito destinado a marcar uma distinção social.

A partir do século XVIII, com as revoluções americana e francesa, no ímpeto do republicanismo, o termo cidadão adquire um caráter libertário, indicando a posse de direitos dos indivíduos diante dos poderes de monarcas absolutistas. As monarquias governaram “súditos”, ou seja, “submetidos”, enquanto a república, ao instaurar propriamente o campo da política, tinha por base os cidadãos, pessoas autônomas, em condições de eleger governantes e participar do governo.



A discussão de cidadania hoje tem como uma referência frequente a obra do sociólogo inglês T. H. Marshall (1967), que distingue três momentos na luta pelos direitos. Analisando o caso específico da Inglaterra, ele diz que os direitos civis teriam se consolidado no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX. Os direitos civis são considerados pelo autor como os que caracterizam a liberdade individual – direito de ir e vir, a liberdade de pensamento, de contrato, de propriedade –, além do direito à justiça, necessário à defesa de todos os anteriores. Direitos políticos, para Marshall, são os que permitem participar do poder político, como os de votar e de ser votado; já os sociais são os que garantem um mínimo de bem-estar e segurança.

Os direitos sociais podem vir a restringir alguns direitos civis, especialmente, aqueles que se referem à propriedade privada. Não se exclui, portanto, a ideia de uma tensão entre os direitos, reclamando a busca de um equilíbrio. Bottomore (1996), por exemplo, observa, que durante o século XX, os regimes comunistas limitaram direitos civis e políticos nos países em que foram estabelecidos, embora pudessem proporcionar direitos sociais. Após décadas no poder, esses regimes foram extintos por movimentos que reivindicavam a restauração das liberdades e direitos políticos, bem como a independência das instituições da sociedade civil em relação ao Estado. Direitos civis, políticos e sociais podem ser vistos, pois, como autênticas conquistas históricas, reclamando uma integração de uns com os outros, ao invés de serem tratados como mutuamente exclusivos, sob pena de retrocessos em termos de cidadania.

Na contemporaneidade, portanto, ao contrário das versões antigas, discriminatórias, a tônica tem sido a luta por uma “cidadania para todos” (Singer, 2003), adotando um sentido cada vez mais inclusivo. A noção de cidadania contemporânea implica que os cidadãos têm certos direitos, começando pelos políticos, como o de votar e

de ser votado, que são negados ou apenas parcialmente estendidos a estrangeiros e outros não cidadãos residentes em um país. Trata-se de uma construção histórica, em expansão, ligada hoje a muitos aspectos da vida, significando o acesso dos cidadãos à saúde, à educação, à previdência social, à cultura, à comunicação etc.

Sendo históricos, há, nas sociedades democráticas, uma permanente busca pela conquista de novos direitos, a partir dos já adquiridos, de modo que, num movimento social imprevisível, os seres humanos vão reinventando a cidadania. Para Bobbio (1992 apud Fernandes, 2002), a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 inaugurou a luta por uma nova geração de direitos, como os que reivindicam a paz, um meio ambiente despoluído e a utilização do patrimônio comum da humanidade. Outra passagem foi a do foco no ser humano genérico para o foco no ser humano específico, tomado na diversidade de seu *status* social (gênero, idade, condições físicas), cujas diferenças peculiares não admitem tratamento e proteção iguais às dos demais.

Fernandes (2002) observa que, depois do fracasso nas sociedades contemporâneas, de concepções teóricas e estratégias políticas incapazes de articular a multiplicidade de pleitos por uma vida melhor, a cidadania tornou-se para muitos movimentos sociais um tema central, porta de entrada dos sujeitos no espaço público. É a partir dela que apresentam interesses diversos, convocam a sociedade a examinar suas questões e abrem novas discussões, em busca do entendimento e da legitimidade de suas reivindicações de direitos.

## **A cidadania no Brasil**

A história da cidadania no Brasil revela uma trajetória de contradições e retrocessos, narradas cronologicamente

por Carvalho (2001). Embora sem a pretensão de realizar uma análise em profundidade do tema, é preciso referir como cientistas sociais brasileiros examinaram algumas questões a esse respeito, de modo a contextualizar o problema do qual vamos nos ocupar especificamente. Há uma convergência em torno da avaliação de que, em nosso país, as históricas desigualdades sociais são o principal fator que impede que a titularidade dos direitos seja efetivada.

Vera da Silva Telles argumenta que a questão dos direitos, fundamento da cidadania, não se refere, pelo ângulo da vida em sociedade, apenas às leis formais, mas também à maneira como se estruturam as relações sociais, de modo a estabelecer uma sociabilidade baseada no “reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (Telles, 2006, p.138). No entanto, a sociedade brasileira, construída ao revés do imaginário igualitário próprio à modernidade, nem sequer garante o princípio da equivalência jurídica. Para a autora, trata-se de uma sociedade instaurada com base nas discriminações, que transformam as desigualdades em modos de ser, como se elas fizessem parte da ordem natural das coisas, fato espelhado na pobreza vista como paisagem.

Na mesma direção argumenta Jessé Souza, para quem vigora no Brasil o que chama de *subcidadania*, característica da modernidade periférica, cuja origem localiza, apoiando-se em Florestan Fernandes, no abandono dos libertos em 1888 (Souza, 2006). Após a abolição, os ex-escravos se viram responsáveis por si e por seus familiares, sem meios para se integrar na nascente economia capitalista. O imigrante italiano, pela sua condição social, representava uma concorrência com muitas vantagens comparativas em relação ao negro, a quem restava “o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado, ou, ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou

permanente” (Souza, 2006, p.155). As mulheres negras tinham mais oportunidades no mercado de trabalho pelo

quase monopólio dos serviços domésticos, única área onde a competição com o imigrante não era significativa. Essa circunstância ajuda a explicar a endêmica “matrifocalidade” da família negra e pobre brasileira. (Souza, 2006, p.155)

Seguem-se a desorganização da família, origem dos futuros desequilíbrios da vida, a não socialização dos papéis familiares, a individuação egoísta e predatória –, predisposições para a conduta marginalizada. Esse processo não decorre meramente da discriminação pela cor da pele, mas das condições sociais, de modo que “o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação” (Souza, 2006, p.159). Por isso, os problemas de abandono e marginalização que afetam a população negra não lhes são exclusivos, atingem também os antigos dependentes e agregados “de todas as cores”.

É dessa forma que surge no século XX uma sociedade que obrigou os não europeus a formar uma “gigantesca ‘ralé’ de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas”, (Souza, 2006, p.184) condenados à subcidadania.

Luiz César Queiroz Ribeiro, examinando o problema da construção da cidadania na perspectiva das cidades brasileiras, assinala o efeito perverso da segregação e exclusão habitacional, em termos da acumulação das desvantagens sociais. Nesse contexto, salienta o que denomina *hipercidadania* das classes médias, organizadas em associações, detentoras de bom nível de instrução e profundamente orientadas por preocupações defensivas e separatistas. Enquanto isso:

Nas periferias geográficas e sociais, cresce uma massa marginal, desconectada produtivamente dos espaços onde

a riqueza se reproduz e se acumula. Nelas se expande uma economia da sobrevivência fechada por si mesma. O poder funda-se na privatização da violência, organizada em estruturas feudalizadas. São áreas nas quais a população tem de se esforçar para não sucumbir integralmente aos valores e às práticas inerentes ao capitalismo predador, gerado pelos diversos circuitos da criminalidade que gravitam em torno do tráfico de armas e de drogas, e ao capitalismo assistencialista, fundado na total submissão da população carente aos laços de dependência e favores pessoais com aqueles que controlam as inúmeras instituições “filantrópicas” das nossas periferias e favelas. Uma e outra forma de dominação estimula a consolidação de uma cultura muito pouco favorável à ação coletiva e aos valores igualitários, indispensáveis à democracia. (Ribeiro, 2007, p.539)

A democracia nessas condições, conclui o autor, não pode ser senão uma “democracia representativa excludente”, resultado das desigualdades extremas.

Os direitos civis, políticos e, especialmente, os sociais da cidadania, portanto, em vez de alcançar a todos, vigorariam apenas para as classes médias e, acrescentaríamos, para alguns setores da classe trabalhadora – quando incluída no chamado mercado formal de trabalho – enquanto as camadas mais pobres, cerca de um terço da sociedade, estariam condenadas à subcidadania, ou seja, “a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política” (Souza, 2006, p.178).

Como as desigualdades extremas são a principal característica da questão da cidadania no Brasil, o foco de nossas análises vai privilegiar as questões que afligem de maneira quase exclusiva as camadas mais pobres da sociedade.

## 2

# REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA E CIDADANIA

A relação entre cidadania e o jornalismo vem sendo tema de investigações recentes sobre a extensão e o modo como jornais, rádios, redes de televisão e a internet abordam os assuntos ligados à afirmação dos direitos, sua observância e sua expansão. Numa sociedade como a brasileira, com grande desigualdade e exclusão das majorias, a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania é muito importante, pois se derem espaço e enquadramentos adequados a essas questões, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado (Soares, 2008).

O sociólogo norte-americano Michael Schudson, em seu livro *The power of news* [O poder da notícia] (2003), caracterizou o jornalismo como uma forma de *conhecimento público*. A expressão explícita que aquilo que a sociedade sabe acerca das questões correntes é, em grande parte, estabelecido pelos meios noticiosos. Especialmente, quando dizem respeito a temas que fogem da especialidade das pessoas ou ocorrem num espaço geográfico fora do seu alcance individual. Outras vezes, esse aspecto cognitivo do

jornalismo é constituído por um conteúdo argumentativo (como nas matérias opinativas), com defesas, críticas, avaliações e, proposições. Produzindo e disseminando diariamente representações narrativas (como reportagens escritas), visuais (fotos) ou sintéticas (filmes, vídeos) sobre acontecimentos, o jornalismo faz que eles passem a existir na consciência das pessoas e de uma dada maneira, ou seja, de acordo com os elementos proporcionados pelo discurso jornalístico. Bem ou mal, leitores ou telespectadores geralmente passam a raciocinar e a tomar decisões eleitorais, econômicas, profissionais, familiares, pessoais, com base nesses fatos.

Indo além da formulação de Schudson, percebemos que as representações que o jornalismo em geral produz se constroem a partir de dois princípios, que podem, no entanto, coexistir nas reportagens: o primeiro é a *cognição* e o segundo, a *emoção*.

A *cognição* pode ser considerada como o “conteúdo” das reportagens, ou da sua informação semântica. Toda matéria jornalística deve, assim, trazer algum elemento inédito, ou seja, algo que a audiência desconheça e que a leve a ler o jornal ou a assistir o telejornal. Se esse conteúdo for algo imprevisível ou até improvável, maior é o valor informativo da notícia.

Uma produção importante dos estudos de jornalismo tem se voltado para esse aspecto do conteúdo informativo das notícias, como os trabalhos sobre noticiabilidade, que procuram os critérios pelos quais alguns acontecimentos são noticiados, enquanto outros acontecimentos são ignorados ou recebem menor importância.

Ainda na linha cognitiva, outras pesquisas têm valorizado mais o aspecto *racional* do jornalismo, como os estudos sobre *deliberação* realizados por Rousiley Maia, que desenvolve uma forte produção na perspectiva da democracia deliberativa e mídia, ressaltando como se

estabelece no espaço mediático uma competição sobre definições e uma disputa pela construção de sentidos sobre as questões públicas (Maia, 2002; 2006; 2007; 2008). Os meios noticiosos seriam autênticos fóruns nos quais são debatidos temas controvertidos de interesse coletivo, por meio de trocas argumentativas entre participantes, ou seja, o aspecto cognitivo passa a ser constituído por um conteúdo retórico ou persuasivo (como nas matérias opinativas). Essa abordagem capta muito bem os processos do jornalismo opinativo, que incluem as colunas assinadas, colunas de colaboradores, artigos analíticos e entrevistas. Mas a abordagem deliberativa não nos parece suficiente para resolver as questões relativas ao jornalismo informativo, constituído pelas matérias e reportagens diárias, mesmo que reconheçamos que haja elementos argumentativos implícitos nesses textos e que seu agendamento e enquadramento inevitavelmente estabelecidos representem destaques valorativos tácitos.

Por outro lado, pouca atenção é dada ao aspecto afetivo das matérias, apesar de ser muito disseminado no jornalismo. A *emoção* está implícita na narrativa, que confere uma aparência fabular ou literária aos acontecimentos públicos. Estes podem, assim, ser retratados como gêneros dramáticos (drama, comédia, tragédia), com protagonistas, antagonistas, coadjuvantes e figurantes que atuam para uma audiência e, acima de tudo, despertam uma tonalidade emocional (compaixão, entusiasmo, simpatia, ódio etc). Embora isso seja observável no jornalismo em geral, o noticiário político é particularmente fértil na focalização de personagens, lances e peripécias, em especial nos períodos eleitorais.

Seja narrando os acontecimentos, dando voz aos personagens, seja expondo argumentos racionais sobre as controvérsias, o jornalismo é a expressão simbólica dos conflitos econômicos, sociais, políticos e ideológicos,



presentes nas sociedades democráticas, divididas entre empresários e trabalhadores, agricultores e industriais, progressistas e conservadores, socialistas reguladores e capitalistas liberais, religiosos e seculares. Enquanto os argumentos racionais, o debate de ideias e princípios, a adução de provas e evidências são acessíveis a um público que acompanha o desenvolvimento do debate racional, os recursos emotivos (afetivos) da narrativa jornalística, impregnada de imaginário, lances, conflito e antagonismo, alcançam as maiorias, por meio da espetacularização da notícia, que desperta no público adesões apaixonadas ou repulsa indignada. De modo geral, o noticiário é composto de elementos racionais e emocionais, com a predominância de um ou de outro conforme o tema ou o veículo.

Mobilizando conhecimento e emoção, o jornalismo instaura um fórum paralelo às câmaras e assembleias eleitas e institucionalizadas, arena discursiva diária, na qual se travam lutas simbólicas por corações e mentes. Quando se refere a temas de interesse público, até certo ponto supre as limitações e corrige as distorções produzidas pela democracia representativa, uma vez que esta afasta a sociedade de suas deliberações, com representantes eleitos atuando de modo independente de seus representados, pautados por grupos de pressão, demandas setoriais, lógicas partidárias ou, simplesmente, interesse pessoal.

Embora não desfrute do poder institucional das deliberações dos parlamentos, que têm força de lei, o debate na esfera mediática não pode ser descartado. Políticos, sejam legisladores ou membros do Executivo, numa democracia, buscam o respaldo da opinião pública e, por isso, costumam ficar atentos aos jornais e televisões. Por isso, a exemplo de Cook (2005), argumentamos que o jornalismo é uma instituição política da sociedade civil (Soares, 2008). Sua força advém dessa triangulação que os meios instauram com o governo e a opinião pública. Não se trata de uma

força própria, direta, mas de uma força derivada da opinião pública. A Figura 1, construída a partir de um modelo formulado por Rodrigues (2002, p. 120), representa graficamente os sentidos que podem assumir essas influências a que nos referimos.<sup>1</sup>

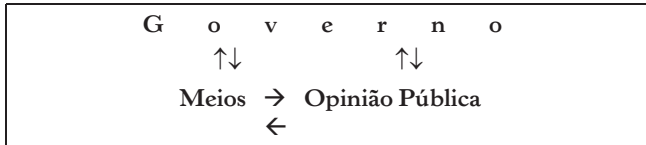


Figura 1 – Triangulação de influências entre meios, governo e opinião pública.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de RODRIGUES, 2002, p120)

## Jornalismo e cidadania

Considerando que a imprensa é uma instituição política da sociedade civil, capaz de exercer um protagonismo nos processos políticos, vamos direcionar o foco de nossa reflexão para as questões da cidadania, conceito complexo que integra as dimensões política, social e jurídica. Política porque a cidadania está referida a um Estado em particular, que é o ente que pode conferir direitos; social porque não se admite mais pensar em cidadania apenas em termos formais, sem uma contrapartida nas condições de vida da população; e jurídica porque a cidadania expressa direitos estabelecidos em lei.

O jornalismo, primeiramente, se relaciona à cidadania como direito à informação, um direito civil, derivado da liberdade de expressão, traduzido na liberdade de difundir

1 O sentido das setas indica a circularidade de influências entre os três componentes, de modo que podemos focalizar uma ou outra direção para estudo, seja aquela que parte dos meios para o governo ou vice-versa.

informações sem censura, de criar jornais (Gentilli, 2005). Para Gentilli, o direito civil à informação é um pressuposto necessário à realização dos direitos políticos, constituindo um dos direitos relativos à esfera pública, como liberdade de opinião, de expressão, de imprensa, de reunião e de associação. A liberdade de imprensa – enquanto direito civil – foi defendida com entusiasmo, na Inglaterra do século XVIII, “como um direito de nascença dos ingleses”, sendo que a imprensa livre se tornaria, ela própria, o palco para a discussão de outros direitos políticos e sociais, ao longo dos séculos seguintes (Keane, 1998). “A informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo nos dias de hoje. O que alguns autores chamam de ‘necessidade social da informação’ é hoje suprida *sobretudo* pelo jornalismo” (Gentilli, 2005, p.125).

O autor considera que a “sociedade dos cidadãos” é a “democracia do poder visível”, ou “o governo do poder público”, conforme preconiza Bobbio (1986). Ora, a visibilidade da democracia exige a publicidade dos fatos relativos à esfera pública. Dessa forma, Gentilli deduz que os cidadãos precisam de acesso à informação pública para exercer seus direitos de reivindicar o poder político e o exercício pleno do conjunto dos direitos da cidadania:

É neste contexto, de fornecer as condições para um juízo do cidadão, que se deve pensar o conceito de “direito à informação. A questão pode ser vista a partir de duas vertentes: (1) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito *para todos*. (2) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para *o melhor julgamento possível de cada um*”. (Gentilli, 2005, p.129-30).

Para Gentilli, o acesso à informação é um “direito-meio”, que dá acesso aos demais direitos, entendidos

como “direitos-fim”. É por meio da informação que os cidadãos podem fazer escolhas e julgamentos de forma autônoma.

Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, no qual os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos. (Gentilli, 2005, p.142)

Nessa abordagem, os jornais, num modelo típico-ideal, formariam uma instituição social, mesmo sendo empresas privadas, porque “desempenham a função pública de atender aos direitos à informação” (Gentilli, 2005, p.147). Há uma responsabilidade dos meios para com a sociedade que não depende se esses meios são públicos ou privados, pois mesmo que sejam instituições livres, prestam contas à Justiça e aos cidadãos. No entanto, embora o jornalismo seja uma importante forma do direito à informação, não é a única: quando os cidadãos não têm uma determinada informação necessária, o Estado deve oferecê-la da mesma maneira como deve fornecer outros serviços de natureza social (Gentilli, 2005).

A cidadania concerne, portanto, o próprio direito à informação, traduzido em questões como acesso aos meios, comunicação pública e inclusão digital. Como observou Silva (2006), devem-se distinguir: a) o direito de saber; b) a necessidade de saber; e c) o desejo de saber. Os dois primeiros dizem respeito especificamente ao interesse público, enquanto o último se refere ao chamado “interesse do público”.

O direito de saber corresponde, por um lado, ao princípio da publicidade dos atos do governo, da visibilidade,

da transparência, que caracterizam o regime republicano, envolvendo a divulgação das ações do governo, a produção de dados estatísticos, que são cobertos pelo jornalismo de assuntos públicos e da administração. Por outro lado, a nosso ver, ele inclui ações de governo e do jornalismo na defesa dos direitos da cidadania, como a divulgação dos direitos pelos órgãos públicos e a denúncia das violações e cobrança de reparações, a divulgação das lutas pela consolidação e ampliação dos direitos das classes subalternas. Incluímos no direito de saber a temática específica da comunicação em saúde, advertindo sobre riscos à saúde coletiva, comunicando a oferta de serviços públicos como consultas, vacinação e distribuição de produtos; difundindo cuidados de prevenção e promovendo estilos de vida saudáveis. A comunicação em saúde é responsável pela divulgação de informações tão vitais à saúde coletiva que é preciso passar a vê-las no Brasil como obrigação do Estado.

Já a necessidade de saber refere-se às informações de utilidade pública produzidas pelo governo ou pela sociedade civil que orientam os cidadãos, como dados do mercado, meteorologia etc. Por último, o desejo de saber compreende as informações sobre temas-espetáculo, que visam mais ao entretenimento da audiência por apelos estéticos, sensuais, catárticos, preenchendo a vida real de imaginário. É objeto de muitas críticas, especialmente por ser um tipo de conteúdo majoritário, em especial nos meios eletrônicos, banalizando frequentemente temas de interesse público com versões espetaculares (Silva, 2006).

Nesta pesquisa, procuramos superar essa visão jurídica sobre o papel da imprensa nas questões da cidadania, como direito à liberdade, focalizando a ação que os jornais podem realizar, em termos da cobertura do exercício e das violações que os direitos da cidadania possam sofrer. Ou seja, focalizaremos o uso da liberdade de imprensa pelos jornais na defesa dos direitos da cidadania.

É importante analisar a *presença dos temas de cidadania no noticiário*, a fim de saber se os cidadãos são adequadamente informados sobre assuntos relacionados a seus direitos. Para uma notícia “cumprir seu papel de defesa dos direitos da cidadania”, entendemos que ela precisa atender aos seguintes requisitos:

- a) conferir relevância e precedência aos direitos, dizer aos leitores ou às audiências, às entidades organizadas da sociedade civil que a observância dos direitos civis, políticos e sociais é importante e urgente, que ameaças a eles precisam ser conhecidas e combatidas;
- b) chamar a atenção de autoridades – integrantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública – para os temas da cidadania, pressionando-as a se posicionar ou mesmo a tomar providências, quando couber;
- c) publicizar para a sociedade critérios ou padrões legais, técnicos, civilizatórios, para avaliar os fatos narrados (por exemplo, é aceitável expulsar moradores de uma ocupação urbana, condenando-os ao relento, sem oferecer às famílias despejadas alternativas condzentes de abrigo e moradia?);
- d) identificar as autoridades responsáveis por tomar medidas sobre as situações e pressioná-las a se posicionar;
- e) instaurar um clima emocional desfavorável a atores e situações que violem direitos.

Essas tarefas, porém, nem sempre encontram condições para prosperar na imprensa, que, segundo Keane, age a favor dos anunciantes e contra os cidadãos, privilegia a fala corporativa, uma vez que o mercado encoraja o entretenimento. O “mercado de comunicação restringe a liberdade de comunicação, gerando barreiras à entrada, monopólio e restrições à escolha” do que será publicado (Keane, 1998,

p. 89). O consumidor venceu o cidadão: os indivíduos são tratados como consumidores liderados pelo mercado, e não como cidadãos ativos com direitos e obrigações (Keane, 1998). Além disso, as desigualdades sociais afetam o direito à informação: cidadãos empregados e com boa renda podem pagar por acesso aos meios noticiosos analíticos, enquanto os mais pobres só têm acesso à TV aberta e ao rádio.

Outra dificuldade para a consecução desses objetivos é a distância entre o que se poderia chamar de “âmbito social dos meios” e o âmbito social das reivindicações de direitos sociais, distância que vai se traduzir na limitada preocupação dos meios com as reclamações sociais. O âmbito dos meios é o circuito constituído por editores, jornalistas e leitores (que provêm, em geral, da classe média), enquanto os direitos sociais são, via de regra, reivindicados pelas maiorias, que são pobres.

É possível supor, portanto, que, em parte, os temas sociais relativos às maiorias não preocupam os diretores de jornais, jornalistas e mesmo leitores por uma questão de pertencimento social. Para ilustrar esse ponto, citamos a edição da *Folha de S. Paulo*, de 11 de novembro de 2007, em matéria intitulada “Leitor da *Folha* está no topo da pirâmide social brasileira”. Diz o texto que reproduz uma pesquisa do Datafolha (instituto de pesquisas de mercado do jornal):

O leitor da *Folha* está no topo da pirâmide da população brasileira: 68% têm nível superior (no país, só 11% passaram pela universidade) e 90% pertencem às classes A e B (contra 18% dos brasileiros). A maioria é branca, católica, casada, tem filhos e um bicho de estimação.

A maior parcela dos leitores tem entre 23 e 49 anos, é usuária de internet, faz exercícios e frequenta restaurantes, shoppings, cinema e livrarias.

[...] O leitor é superequipado – tem DVD, celular, computador e câmara digital – e faz uso intenso da internet:

a maioria usa buscadores, compara preços, faz pesquisas de trabalho, usa MSN (programa para conversa na rede), faz download de programas e ouve músicas.

São consumidores vorazes de mídia: 92% assistem a telejornais, 69% leem revistas, 58% ouvem notícias no rádio e 57% seguem noticiário on line. O meio impresso, porém, é o preferido dos entrevistados: se tivessem que optar por um, 53% ficariam apenas com o jornal.

Ao visar leitores situados numa faixa de renda elevada, com grau de instrução superior, exercendo profissões de *status* alto, com um estilo de vida marcado pelo consumo sofisticado, como de tecnologia avançada – ou seja, uma situação social diferenciada do conjunto da sociedade brasileira –, a probabilidade de a imprensa agendar certos temas de interesse desse segmento é maior do que de outros. Aliás, a própria realização desse tipo de pesquisa é ditada por razões mercadológicas.

Enquanto os meios parecem representar razoavelmente as questões que envolvem interesses do mercado e da classe média, o mesmo não ocorre com igual intensidade no caso das maiorias, especialmente os marginalizados. Haveria uma preocupação dos meios com as demandas sociais da cidadania social ampliada, mas a tendência dominante é a cobertura preferencial do *status quo* econômico, concedendo mais espaço a temas de política econômica, como “equilíbrio fiscal”, “fundamentos econômicos”, sem a sua contrapartida social. Há, também, uma preferência por temas políticos institucionais relacionados aos poderes Executivo e Legislativo, às candidaturas, aos mandatos públicos, dedicando, por outro lado, um espaço reduzido à permanente crise social brasileira e à situação calamitosa das camadas subalternas. As demandas sociais, ou mesmo que não tenham chegado a se constituir em demandas, os “temas sociais”, apesar de desesperadores, não for-



mam um conjunto de assuntos destacado no conjunto do noticiário. O jornalismo só tangenciaria as questões sociais, em especial nos eventos pontuais agudos (acidentes, calamidades, ocupações), de modo que os direitos sociais ligados à terceira geração da cidadania não formam um objeto privilegiado pela imprensa.

É mais fácil o lançamento de uma coleção de roupas da moda do verão obter uma página no jornal diário do que uma reportagem sobre sub-habitações urbanas. Porém, enquanto a sub-habitação é o cenário secular da sociedade brasileira, ou seja, algo com menor valor-notícia, sem o fator novidade, os novos modelos de um estilista se apoiam exatamente nisso. Aparentemente, só em circunstâncias especiais um assunto da esfera da cidadania social assoma o campo do noticiário da grande imprensa. Como hipótese, poderíamos dizer que os meios noticiosos representam bem as questões do mercado e da classe média (consumidora, compradora e leitora dos jornais e revistas) e, de forma limitada, abordam os temas que afligem as maiorias de forma crônica.

Ao mesmo tempo, o problema da sub-representação das questões da cidadania social decorre também da natureza do jornalismo praticado num contexto de mercado, focalizado em critérios de noticiabilidade que privilegiam os acontecimentos pontuais, as pessoas importantes, o número, o impacto imediato e não os processos de longa duração.

Diante desses problemas, há autores que advogam um compromisso mais forte da imprensa com questões públicas. Michael Schudson, numa abordagem francamente normativa, formulou uma relação de tarefas que os meios deveriam observar numa democracia:

1. Proporcionar informação justa e completa para que os cidadãos possam tomar boas decisões;

2. Prover quadros de referência que ajudem os cidadãos a compreender o universo político, analisando e interpretando a política de modo a habilitar os cidadãos a ter discernimento político e a agir;
3. Servir como veículos das perspectivas dos grupos da sociedade;<sup>2</sup>
4. Oferecer a quantidade e qualidade de notícias segundo a vontade das pessoas, ou seja, atender ao mercado;
5. Representar o público e falar em defesa do interesse público, de modo a que o governo preste contas à sociedade;
6. Evocar simpatia e prover compreensão para que os cidadãos gostem de outros seres humanos e sintam compaixão por sua situação;
7. Prover um fórum para o diálogo entre cidadãos que não apenas informe as tomadas de decisão democráticas, mas seja um elemento do processo. (Schudson, 2003, p.29)

Este trabalho parte das colocações formuladas pela perspectiva normativa, mas pretende identificar os obstáculos colocados à ação da imprensa na cidadania, levantados pela abordagem crítica. Considera que as demandas sociais da cidadania, apesar de relevantes, não formam um conjunto de assuntos destacado no conjunto do noticiário. O jornalismo só tangenciaria as questões sociais, em especial nos eventos pontuais agudos (acidentes, calamidades, ocupações), de modo que os direitos sociais ligados à terceira geração da cidadania não formam um assunto privilegiado pela imprensa. Aparentemente, só em circunstâncias dramáticas um assunto da esfera da cidadania social assomaria o campo do noticiário da grande

---

2 O que, em certo sentido, contraria o item 2, observa Schudson, já que não pode haver uma coerência articulando perspectivas opostas.

imprensa. Como hipótese a verificar analiticamente, poderíamos dizer que os meios noticiosos, embora representem bem as questões do mercado, da política institucional e da classe média (consumidora, compradora e leitora dos jornais e revistas), o faria de maneira limitada em relação aos temas que afligem as maiorias de forma crônica.

Supomos também que o problema da sub-representação das questões da cidadania social decorre da natureza do jornalismo, baseado em critérios de noticiabilidade que privilegiam os acontecimentos pontuais, as pessoas importantes, o número, o impacto imediato e não os processos de longa duração. Nesse caso, as camadas mais pobres da sociedade só teriam visibilidade no noticiário em ocorrências pontuais extremas: acidentes, chacinas, confrontações, calamidades, ocupações, situações que apresentam valores-notícia, ou seja, que se inserem nos critérios de noticiabilidade pelo número de pessoas envolvidas, pela negatividade ou pelo tom emocional das histórias pessoais, e não como expressões das injustiças, das assimetrias sociais, da desigualdade de oportunidades e de renda, da exclusão histórica, da condição de moradia etc. Desse modo, cessadas as circunstâncias imediatas do acontecimento, o assunto tenderia a desaparecer do noticiário ou a restringir-se a pequenas notas.

# 3

## ANÁLISE DE CONTEÚDO DO NOTICIÁRIO

Indicado, em suas linhas gerais, o quadro de referências teóricas, procuraremos verificar a acuidade das críticas à cobertura dos temas de cidadania pelos meios, desenvolvendo a análise de uma amostra da imprensa brasileira diária. A pergunta básica que o presente levantamento procura responder é: qual a importância dos direitos sociais da cidadania na grande imprensa?

A análise consiste de um estudo de reportagens dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* sobre temas de cidadania, tendo como *corpus* uma amostra dos jornais paulistas de maior circulação, no período de 6 a 27 de novembro de 2008. Identificamos os itens do noticiário dos diários sobre a temática da cidadania e criamos categorias para situá-los, de modo a produzir uma tabela quantificando a área dos jornais dedicada aos diversos assuntos, estabelecendo a ordem de importância das coberturas jornalísticas da cidadania nos dois jornais.

Na primeira parte do trabalho, faz-se uma análise da extensão das matérias publicadas sobre um elenco de subtemas de cidadania, que, à medida que aparece-

ram, inauguraram categorias (saúde, educação, direitos humanos, habitação etc.). A área dedicada pelos jornais para cada subtema é comparada e são feitas inferências. Algumas perguntas básicas que conduzirão a descrição dos resultados são:

- Que importância (em termos de extensão das matérias) cada um dos jornais analisados atribui às questões sociais, de interesse das camadas majoritárias da sociedade?
- Quais questões são pautadas e com qual frequência?
- É possível estabelecer critérios de noticiabilidade a partir das pautas?
- Os jornais tomam a iniciativa de agendar temas?
- Qual a proporção de matérias opinativas e informativas sobre os subtemas?

Verificamos que os assuntos relacionados aos direitos sociais da cidadania corresponderam a 10,2% do conjunto das matérias jornalísticas dos cadernos da *Folha* destinados a questões públicas nacionais (“Brasil”, “Cotidiano”, “Dinheiro”) e a 8,5% dos cadernos de *O Estado* (“Nacional”, “Economia & Negócios”, “Cidades”). Por decisão metodológica, ficaram fora do cômputo os conteúdos editoriais sobre esporte, cultura, consumo, entretenimento, ciência, informática, vestibulares, além do noticiário internacional, de modo a restringir o estudo às questões sociais, políticas e socioeconômicas, em âmbito nacional.

A Tabela 1, a seguir, apresenta os resultados em termos quantitativos, permitindo identificar comparativamente quais direitos de cidadania foram cobertos, bem como a ordem de importância que foi atribuída a cada um deles em cada jornal, com base nos percentuais de espaço dedicado na amostra, em relação ao total das matérias sobre cidadania.

Tabela 1  
 Importância dos temas de cidadania nos jornais OESP e FSP, no período de 6 a 27 de novembro de 2008

Ordem dos temas, segundo as médias das áreas ocupadas	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	Médias das áreas	Percentuais das médias
1 <sup>a</sup> ) Relações de cor/minorias	26.989 cm <sup>2</sup>	8.116 cm <sup>2</sup>	17.552 cm <sup>2</sup>	21,9 %
2 <sup>a</sup> ) Tragédias/Clima	17.677 cm <sup>2</sup>	9.517 cm <sup>2</sup>	13.597 cm <sup>2</sup>	17,0 %
3 <sup>a</sup> ) Emprego/Desemprego	7.570 cm <sup>2</sup>	17.912 cm <sup>2</sup>	12.741 cm <sup>2</sup>	16,0 %
4 <sup>a</sup> ) Saúde/Saneamento	11.447 cm <sup>2</sup>	12.555 cm <sup>2</sup>	12.001 cm <sup>2</sup>	15,0 %
5 <sup>a</sup> ) Educação Pública	9.044 cm <sup>2</sup>	7.946 cm <sup>2</sup>	8.495 cm <sup>2</sup>	10,6 %
6 <sup>a</sup> ) Anistia/regime militar	4.764 cm <sup>2</sup>	7.362 cm <sup>2</sup>	6.063 cm <sup>2</sup>	7,6 %
7 <sup>a</sup> ) Greves	5.289 cm <sup>2</sup>	1.402 cm <sup>2</sup>	3.345 cm <sup>2</sup>	4,2 %
8 <sup>a</sup> ) Violência estatal	1.782 cm <sup>2</sup>	2.636 cm <sup>2</sup>	2.209 cm <sup>2</sup>	3,7 %
9 <sup>a</sup> ) Pobreza/desigualdade	657 cm <sup>2</sup>	2.484 cm <sup>2</sup>	1.570 cm <sup>2</sup>	1,9 %
10 <sup>a</sup> ) Habitação	1.516 cm <sup>2</sup>	1.348 cm <sup>2</sup>	1.432 cm <sup>2</sup>	1,7 %
11 <sup>a</sup> ) Movimentos por reforma agrária	67 cm <sup>2</sup>	1.792 cm <sup>2</sup>	929 cm <sup>2</sup>	1,1 %
TOTAIS	86.802 cm <sup>2</sup>	73.070 cm <sup>2</sup>	79.934 cm <sup>2</sup>	100,0 %

Na sequência, apresentaremos cada uma das células da tabela geral, desmembrando as áreas dedicadas ao jornalismo opinativo e ao jornalismo informativo e fazendo algumas observações analíticas sobre cada uma das categorias de assuntos relativos à cidadania.

## Relações de cor/minorias

Tabela 2  
Área dedicada ao tema “relações de cor/minorias”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S. Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
24.427 cm <sup>2</sup>	2.562 cm <sup>2</sup>	26.989 cm <sup>2</sup>	6.574 cm <sup>2</sup>	1.542 cm <sup>2</sup>	8.116 cm <sup>2</sup>

O tema de direitos sociais com mais espaço nos dois diários, no período estudado, foi o das relações de cor/minorias, com cerca de 22% do total, incluindo as matérias tratando de questões relacionadas aos negros e índios no Brasil.

A grande diferença de área dedicada à cobertura do tema pelos jornais em comparação com os demais se explica pela publicação pela *Folha*, no dia 23 de novembro, de um suplemento especial intitulado “Racismo”, dedicado à questão do negro no Brasil. As matérias que compõem o suplemento enfocam a identidade racial, as manifestações de preconceito, os salários e a escolaridade dos negros, a vida profissional, as cotas raciais nas universidades e até mesmo as políticas afirmativas nos Estados Unidos. Há quatro artigos ligados às matérias e uma entrevista com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que é negro. Do total de 26.989 cm<sup>2</sup> dedicados pela *Folha* à questão das minorias na *Folha*, 71% estão nesse caderno.

A realização da pesquisa e a publicação do suplemento foi motivada pela proximidade do Dia da Consciência

Negra (20 de novembro), com suas comemorações e homenagens, bem como pela aprovação do projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, que determina a reserva do vagas nas universidades federais e escolas técnicas de ensino médio a alunos de baixa renda ou que se autodeclararam negros ou índios. Em ambos os jornais, foram publicadas várias reportagens e artigos de opinião sobre a questão das cotas, além de matérias sobre os primeiros cotistas, que sofrem preconceito apesar de terem desempenho acadêmico dentro da média, e também uma entrevista com um estudioso de quilombos, Carlos Vogt sobre a integração do negro.

O suplemento “Racismo” sugere que o agendamento dos temas jornalísticos deve muito a decisões editoriais próprias do veículo, que decide destacar e amplificar um determinado assunto, embora, no caso, haja também a oportunidade da efeméride e outras circunstâncias pontuais.

Quanto à questão dos indígenas, a *Folha* trouxe matéria sobre novos meios de localizar as povoações indígenas na Amazônia, sem precisar estabelecer contato direto, e sobre a instauração de inquérito para apurar denúncias de índios que teriam sofrido tortura de militares no Amazonas.

Já *O Estado* trouxe uma reportagem sobre a assinatura pelo Brasil de convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige a realização de plebiscitos para a construção de obras que afetam comunidades de índios e quilombos. É publicado também um artigo opinativo condenando o “absurdo do poder de índios e quilombolas”. *O Estado* faz, ainda, um levantamento sobre as políticas públicas de saúde indígena, avaliando que não são eficientes apesar da verba três vezes superior aos programas de saúde em geral. Para completar, apareceram algumas notas sobre o andamento das decisões da questão envolvendo a reserva Raposa Serra do Sol.



## Tragédias/Clima

Tabela 3  
Área dedicada ao tema “tragédias/clima”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
16.822 cm <sup>2</sup>	855 cm <sup>2</sup>	17.677 cm <sup>2</sup>	9.517 cm <sup>2</sup>	–	9.517 cm <sup>2</sup>

O segundo tema em importância, com 17% do espaço das matérias sobre cidadania, se refere às reportagens sobre as populações afetadas por chuvas e enchentes no Brasil, especialmente em Santa Catarina, no mês de novembro de 2008, com mortes e desalojamento de milhares de pessoas. Apesar de trazer muitos textos, a cobertura da *Folha* utilizou um espaço considerável para fotos e histórias pessoais, razão pela qual a área dedicada ao assunto é quase o dobro daquela de *O Estado*.

Apesar de as calamidades deverem-se a eventos climáticos extremos, foram incluídas na análise por prejudicarem diretamente a população e por terem causas associadas a fatores humanos, como aquecimento global, falhas no planejamento urbano e assentamentos em áreas de risco. Na tabulação não estão incluídas as matérias sobre o clima e prejuízos econômicos para empresas, mas apenas as consequências diretas para a população. Além de grandes perdas de vidas, faltaram água potável para o consumo, energia elétrica e alimentos, o que mobilizou as pessoas no Brasil a enviar doações para o estado atingido. As chuvas também prejudicaram estradas e o fornecimento de gás natural e, por consequência, a economia local.

O assunto tomou espaço considerável, principalmente se considerarmos que os acontecimentos se referem apenas aos últimos quatro dias do período da amostra, aparecendo de forma mais extensa na *Folha*. Na cobertura dos fatos, principalmente pela *Folha*, vários casos específicos de interesse humano são narrados e os depoimentos são muito

utilizados. Algumas matérias publicadas foram consideradas como conteúdo opinativo, bem como uma coluna de opinião, de 27 de novembro, questionando a atuação do governo na prevenção e atuação sobre as calamidades. A cobertura dos fatos, principalmente na *Folha*, caracterizou-se pela publicação de muitas fotos dos locais e de pessoas atingidas pelas calamidades, com a preocupação de mostrar os números de atingidos, mortos ou desabrigados.

Catástrofes constituem um tema para os quais jornais tradicionalmente abrem grande espaço e cuja importância jornalística deriva de diversos critérios clássicos de noticiabilidade, a saber: acontecimento inédito, apresentando grande interesse humano, ocorrido na proximidade, alcançando grandes contingentes populacionais, com consequências graves para a sociedade. Confirmou-se, aqui, portanto essa tendência da cobertura, a qual, no entanto, não deixa de ser sensível a um tema que envolve os direitos da cidadania, na medida em que contempla aspectos políticos, como planejamento urbano, prevenção de calamidades, capacidade de socorro pela defesa civil, necessidade de apoio às populações atingidas, além da responsabilidade da ação humana nos eventos climáticos radicais. Pensando em termos de “direitos”, que consubstanciam o conceito de cidadania, o tema das calamidades trata do direito a um ambiente seguro e ao oferecimento pelos governos de dispositivos de socorro e apoio às vítimas de calamidades.

## Emprego/Desemprego

Tabela 4  
Área dedicada ao tema emprego/desemprego  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
6.991 cm <sup>2</sup>	579 cm <sup>2</sup>	7.570 cm <sup>2</sup>	16.617 cm <sup>2</sup>	2.073 cm <sup>2</sup>	17.912 cm <sup>2</sup>

Terceiro assunto em ordem de importância no noticiário sobre temas sociais, com 16% do espaço das matérias sobre temas sociais da cidadania, a questão do emprego e do desemprego reflete a crise econômica mundial desencadeada pela desvalorização imobiliária nos Estados Unidos, que começava a apresentar impactos na economia brasileira no período da amostra. *O Estado* publicou mais do que o dobro das matérias sobre o assunto que a *Folha*.

Até a metade do período analisado, os jornais noticiaram a estabilidade no emprego, levando *O Estado* a publicar textos opinativos bastante otimistas. Depois, no entanto, novos dados produziram reportagens e artigos sobre a queda dos empregos formais. Além de dados de pesquisas, foram noticiados planos de demissão e de férias coletivas, principalmente em indústrias do setor automobilístico e na construção civil. *O Estado* chegou a mostrar as consequências no mercado informal, como a falta de serviço para os engraxates do centro de São Paulo, além de reportagens com diversas vozes da sociedade sobre o impacto da crise sobre o emprego no Brasil.

Em razão das novas informações, o governo começou a estudar a ampliação do seguro-desemprego, notícia publicada por ambos os jornais. Dentro ainda dos direitos trabalhistas, os diários analisados publicaram algumas matérias ou notas, e dois artigos (um em cada jornal) sobre a terceirização dos contratos de trabalho.

A questão da aposentadoria, após a aprovação de projeto pelo Senado prevendo o aumento do valor dos benefícios, foi outro assunto noticiado pelos jornais, mas as matérias trataram o assunto a partir da perspectiva do rombo da Previdência, inclusive em artigo opinativo em *O Estado*.

Ainda em *O Estado*, um artigo opinativo abordou a falta de mão de obra especializada, complementando matéria anterior sobre o crescimento do emprego entre pessoas que estudaram mais. Sobre a questão dos estágios, *O Estado*

trouxe informações sobre sua importância e sobre como a nova lei que os regulamenta provocou diminuição no número de vagas oferecidas, em artigos opinativos e reportagens. Artigo sobre a Lei do Aprendiz, que estipula que o empregador contrate de 5 a 15% de jovens entre 14 e 24 anos, recomenda aos jovens que continuem estudando e fazendo cursos profissionalizantes.

Sobre a questão da renda, a *Folha* trouxe dados e algumas poucas interpretações sobre sua diminuição e o impacto da inflação sobre ela. Publicou reportagem sobre o fechamento de um aterro no Rio de Janeiro e suas consequências para os catadores de lixo do local. Essa foi uma das poucas grandes reportagens que não estiveram relacionadas a pesquisas sobre o emprego formal.

Destaca-se a enorme disparidade entre os espaços dedicados ao tema nos dois jornais: *O Estado* esteve muito mais atento ao assunto e publicou reportagens e artigos sobre diferentes aspectos do desemprego e renda, revelando uma preocupação maior com a análise dos desdobramentos das questões tratadas.

## Saúde/Saneamento

Tabela 5  
Área dedicada ao tema “saúde/saneamento”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S. Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
8.914 cm <sup>2</sup>	2.533 cm <sup>2</sup>	11.447 cm <sup>2</sup>	11.526 cm <sup>2</sup>	1.029 cm <sup>2</sup>	12.555 cm <sup>2</sup>

Em quarto lugar, com 15% do espaço sobre direitos de cidadania, figuram saúde e saneamento. Nessa categoria foram selecionados os textos que tratavam da saúde pública em geral, tanto aqueles com informações sobre a saúde da população em geral e sobre saneamento, quanto sobre

o sistema público de saúde. Não foram incluídas reportagens e artigos sobre o sistema de saúde complementar, nem sobre pesquisas acadêmicas científicas.

O espaço dos textos informativos sobre saúde revelou alguma vantagem para *O Estado*, enquanto, em sentido oposto, há grande superioridade da *Folha* no que se refere à extensão de conteúdo opinativo. Há diferenças nos assuntos noticiados, bem como nos posicionamentos. Ambos os jornais, no entanto, publicam dois artigos opinativos por ocasião da divulgação de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o saneamento no Brasil.

Quatro artigos de opinião publicados pela *Folha* mostram preocupação do jornal com a saúde pública, sendo que um deles faz um balanço dos vinte anos da existência do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, o *ombudsman* do jornal criticou o caderno de saúde por não trazer, na maioria das vezes, o tema da saúde pública como assunto principal. Segundo ele, foi uma “grande oportunidade desperdiçada pelo jornal para promover o debate sobre problemas vitais de saúde pública” (16/11, p.A6). No início do período analisado, a *Folha* publicou uma página de reportagens sobre a ocupação de áreas de mananciais e a questão da falta de saneamento básico, sendo que duas semanas depois, *O Estado* fez referência às áreas citadas pela *Folha*, como locais de infestação de insetos. A *Folha* traz, ainda, um artigo sobre as políticas de prevenção da febre amarela.

*O Estado*, por sua vez, publicou um artigo opinativo sobre a falta de médicos nos municípios brasileiros, depois de uma pesquisa divulgada por ambos os jornais com estatísticas sobre esse problema.

Os dois jornais divulgaram resultados de pesquisas sobre a incidência da Aids na população, e *O Estado* trouxe um artigo opinativo sobre o tema. Já sobre a dengue, as reportagens estiveram ligadas às declarações e decisões do governo, bem como sobre os números da ocorrência e áreas infestadas pelo mosquito transmissor da doença. Ou

seja, o governo é uma fonte privilegiada de informações sobre saúde e saneamento.

Outras reportagens trazidas pela *Folha* foram sobre assuntos das matérias sobre saúde, como: As maiores causas de morte no Brasil, incluindo um artigo opinativo; Problemas de agendamento no hospital do servidor público, em São Paulo; Equipe do Samu é detida em Belo Horizonte após se negar a atender idoso em favela; Sobem casos de depressão decorrentes do trabalho; Rede de bancos de cordão umbilical será ampliada; Hemofílicos se queixam da falta de anticoagulante; São Paulo corta investimentos em saúde e eleva em transportes; Brasil será último a eliminar hanseníase.

Já em *O Estado*, o assunto das matérias sobre saúde foram: AACD prioriza fila e para expansão; Governo pode custear drogas para doenças do amianto; Em Brasilândia ainda não há saúde pública; Projeto de lei limita concessão de patente de medicamentos; Morte por falhas dispara no SUS; Sabesp coleta esgoto e joga nos rios; Lei obriga hospital a atender periferia; 40% dos paulistas nunca fizeram teste de diabete; comissão revela falhas em controle de infecções do PS do HC.

Observa-se, portanto, seja pela posição do assunto na ordem de espaço editorial, seja pela variedade das reportagens, que as questões de saúde coletiva figuraram com certo relevo nas pautas das edições da amostra.

## Educação Pública

Tabela 6  
Área dedicada ao tema “educação pública”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
6.964 cm <sup>2</sup>	2.080 cm <sup>2</sup>	9.044 cm <sup>2</sup>	6.555 cm <sup>2</sup>	1.391 cm <sup>2</sup>	7.946 cm <sup>2</sup>

Em quinto lugar, em termos de importância, com 10,6% do espaço relativo às matérias sobre cidadania, a educação pública apresentou a maioria das matérias baseadas em dados de pesquisas divulgadas pelo próprio governo, podendo se desdobrar em outras reportagens e em artigos opinativos. No começo do período analisado, por exemplo, os dois jornais publicam pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep, ligado ao Ministério da Educação) indicando que o gasto do governo federal com educação não acompanhou o crescimento da economia.

Diferentemente da questão das cotas raciais e sociais de acesso à universidade, os diários, além de se basearem em fontes oficiais, buscaram enriquecer o debate sobre a questão com diferentes opiniões, em reportagens e artigos opinativos. A *Folha* trouxe o dobro de área de cobertura informativa, em relação a *O Estado*, mas apenas metade da área constituída de textos opinativos. As matérias e artigos que tratavam da questão das cotas foram contadas também no item “Minorias”.

Na *Folha*, há uma reportagem tratando da evasão escolar e repetência. Matérias com informações sobre o desempenho das escolas públicas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) motivam um artigo opinativo em *O Estado*. Outro artigo é sobre a baixa procura de cursos de licenciatura na Universidade de São Paulo (USP). Sobre o assunto, a *Folha* procurou abrir espaço para opiniões com relação à valorização dos professores, mas segundo o *ombudsman* do jornal (16/11), o diário não tem praticado um jornalismo investigativo que mostre a importância da educação.

O restante das reportagens apenas divulgou informações de fontes oficiais, como a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o fechamento pelo MEC de polos de ensino à distância, o concurso para contratação de professores temporários e informações so-

bre uma nova rede nacional de pesquisa, que inclui 90 institutos, sendo 35 só em São Paulo.

## Anistia/Regime Militar

Tabela 7  
Área dedicada ao tema “anistia/regime militar”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
3.655 cm <sup>2</sup>	1.109 cm <sup>2</sup>	4.764 cm <sup>2</sup>	6.141 cm <sup>2</sup>	1.221 cm <sup>2</sup>	7.362 cm <sup>2</sup>

Na categoria “anistia/regime militar”, sexta em ordem de importância, com 7,6% do espaço da amostra, estão colocados os artigos e as reportagens que envolvem reportagens das violações dos direitos humanos cometidas pelo governo brasileiro durante o regime militar e sobre a interpretação da Lei de Anistia. Como mostra a tabela, o assunto recebeu espaço bem maior de *O Estado*, que trouxe mais análises de especialistas e atores da sociedade civil sobre a questão, recurso menos utilizado pela *Folha*.

As discussões sobre a Lei de Anistia (lei n.6.683/79) apareceram na imprensa depois que, em maio de 2008, o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, defenderam publicamente punições aos militares torturadores, que teriam praticado crimes comuns durante a ditadura, de violência física e psicológica, e não “crimes políticos”. Nas primeiras declarações, Tarso Genro afirmou que não haveria necessidade de reformular a lei, mas sim de interpretá-la corretamente. O ministro da Justiça disse que era necessário distinguir entre crimes praticados dentro da ordem jurídica da época, como invasão de casas para prisão de acusados pelo regime de exceção, e crimes comuns, como de tortura, não admitidos nem na legislação de então. Tendo como ponto de partida tais discursos na esfera pública, entre julho e



agosto foi realizada uma audiência pública no Ministério da Justiça para debater a questão, sem a participação de militares. Por seu turno, militares da reserva também se reuniram no Clube Militar do Rio de Janeiro, no início de agosto para debater a questão.

O debate se estendeu e, na amostra selecionada dentro do mês de novembro, os jornais trouxeram vozes de atores da esfera institucional política, das Forças Armadas e da sociedade civil. Também foi noticiado o parecer da Advocacia Geral da União favorável ao perdão de todos os crimes de tortura, o que provocou reações de ministros, entre eles Vanucchi. As discussões permearam diversos setores do governo e da sociedade, levando o STF a suspender a ação contra os coronéis reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, ex-comandantes do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo. Essa notícia, entretanto, só apareceu no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em desdobramento à questão da Anistia, foram tratados outros assuntos, como a intenção do presidente Lula de lançar uma campanha estimulando a doação de documentos e arquivos particulares sobre a ditadura para instituições públicas.

No período de análise foi noticiada também a anistia concedida ao ex-presidente João Goulart, deposto em 1964 pelos militares, e a indenização à sua família, por perseguição política.

## Greve

Tabela 8  
Área dedicada ao tema “greve” pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S. Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
4.449 cm <sup>2</sup>	840 cm <sup>2</sup>	5.289 cm <sup>2</sup>	1.085 cm <sup>2</sup>	317 cm <sup>2</sup>	1.402 cm <sup>2</sup>

As matérias referentes ao assunto “greve”, sétimo em importância na amostra, com 4,2% do espaço médio dos jornais, são quase exclusivamente sobre a paralisação da Polícia Civil no estado de São Paulo, deflagrada em setembro de 2008, com exceção de uma reportagem na *Folha* sobre greve na empresa Johnson.

A *Folha* abriu um espaço quatro vezes maior e deu um tratamento mais abrangente à temática, tratando das negociações com o governo, do desfecho da greve. Houve matérias sobre os salários pagos na área da segurança pública no Brasil e entrevistas com especialistas. Para completar, divulgou dois artigos opinativos na seção “Debate” (fixa aos sábados). É interessante notar que esses dois artigos eram opiniões divergentes sobre a legitimidade do direito à greve dos policiais, ou seja, a *Folha* colocou em xeque um direito do cidadão presente na Constituição Federal.

Já *O Estado* trouxe somente os fatos extremamente necessários para acompanhar o andamento da greve, sem confrontar argumentos.

## Violência Estatal

Tabela 9  
Área dedicada ao tema “violência estatal” pelos jornais

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
1.782 cm <sup>2</sup>	–	1.782 cm <sup>2</sup>	1.502 cm <sup>2</sup>	–	2.636 cm <sup>2</sup>

Apesar da gravidade dos atos de violência do aparelho estatal (polícias ou Exército), em desrespeito aos direitos civis dos cidadãos, o assunto ficou na oitava posição, com 3,7% da área dos jornais dedicada à cidadania. A área utilizada para publicação dessas informações é maior em *O Estado*, conforme vemos na tabela e é importante ressaltar

que não houve, em nenhum dos jornais analisados, artigos de opinião sobre o assunto.

Os dois diários noticiaram que dois rapazes, um de 23 anos e outro de 16, foram flagrados fumando maconha em uma área militar no Rio de Janeiro, sendo que o menor teria sido queimado por um líquido e recebido choques elétricos. Os acusados foram cinco militares que alegaram só terem usado *spray* de pimenta para deter os dois invasores da área, que teriam tentado fugir. Conforme noticiou *O Estado*, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República recomendou a reformulação da formação e o treinamento do pessoal das Forças Armadas, conforme a Constituição de 1988.

A *Folha* trouxe uma nota pequena (76 cm<sup>2</sup>) e *O Estado* publicou uma reportagem maior (218 cm<sup>2</sup>) sobre a apuração de tortura de presos por meio de um vídeo divulgado na internet. A *Folha* veiculou também reportagem sobre a morte de um rapaz de 18 anos, que teria sido obrigado por seis policiais da zona leste de São Paulo a beber lança-perfume. Por fim, o jornal publicou duas matérias, atualizando o caso de uma acusação ao Exército, de que teria torturado índios de uma tribo no Amazonas em 2007. Na contagem, essas reportagens foram inseridas tanto na categoria “Direitos Humanos/Tortura”, quanto na categoria das “Minorias étnicas” (são 882 cm<sup>2</sup> computados nas duas categorias).

## Pobreza/Desigualdade

Tabela 10  
Área dedicada ao tema “pobreza/desigualdade”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S. Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo 603 cm <sup>2</sup>	Opinativo 454 cm <sup>2</sup>	Total 657 cm <sup>2</sup>	Informativo 2.060 cm <sup>2</sup>	Opinativo 424 cm <sup>2</sup>	Total 2.484 cm <sup>2</sup>

Embora se relacionem a um tema da maior relevância num país que apresenta indicadores insatisfatórios de pobreza e desigualdade, as reportagens a respeito ficaram em antepenúltimo lugar, com menos de 2% da área média das matérias de cidadania. Estiveram, ainda, fortemente concentradas em *O Estado*. A grande disparidade na cobertura deste diário em relação à *Folha* deve-se à publicação de um estudo que detalhou a miséria brasileira. Como desdobramento da reportagem que tratou desse assunto, foram publicadas mais quatro matérias, tratando de exemplos extremos de municípios no Brasil com os melhores e piores índices.

As outras reportagens dos dois jornais tiveram como origem informações de fontes do governo. A *Folha* noticiou um novo índice a ser criado para medir o nível social das famílias brasileiras, bem como informou que, por conta da seca no Nordeste, 291 municípios decretaram estado de emergência. Já *O Estado* trouxe reportagens afirmando que os ajustes no orçamento da Prefeitura de São Paulo não afetariam a área social, assim como declarações de Lula sobre sua intenção de manter os programas de complemento de renda.

Cada um dos jornais publicou um artigo opinativo a respeito da pobreza: a *Folha* sobre o programa Bolsa Família, e *O Estado* sobre a desigualdade social.

## Habitação

Tabela 11  
Área dedicada ao tema “habitação”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S. Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
1.201 cm <sup>2</sup>	315 cm <sup>2</sup>	1.516 cm <sup>2</sup>	1.038 cm <sup>2</sup>	310 cm <sup>2</sup>	1.348 cm <sup>2</sup>

O espaço dedicado à questão da habitação foi bastante parecido nos dois jornais, principalmente no que concerne a conteúdos opinativos, somando 1,7% do espaço investigado. Na *Folha*, houve um artigo de opinião sobre o direito de morar e as submoradias, enquanto *O Estado* trouxe texto opinativo sobre a atuação da Prefeitura de São Paulo na implantação de infraestrutura em loteamentos irregulares na periferia.

Quanto ao jornalismo informativo, em ambos os jornais, as notícias que mais tiveram destaque foram sobre um incêndio em uma favela da zona sul de São Paulo. Apesar de motivar matérias com muitos detalhes, o episódio não provocou discussões sobre o tema da habitação. Dois atos de protesto do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foram noticiados pela *Folha*, apenas com uma foto e legenda, nos dias 12 e 26 de novembro. Essas reportagens confirmam a suposição de que restrições crônicas dos direitos da cidadania social costumam ser abordadas em situações extremas.

## Movimentos por reforma agrária

Tabela 12  
Área dedicada ao tema “movimentos por reforma agrária”  
pelos jornais *FSP* e *OESP*

<i>Folha de S.Paulo</i>			<i>O Estado de S. Paulo</i>		
Informativo	Opinativo	Total	Informativo	Opinativo	Total
67 cm <sup>2</sup>	–	67 cm <sup>2</sup>	1.792 cm <sup>2</sup>	–	1.792 cm <sup>2</sup>

O assunto com menor área nos jornais foi o da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo, limitado a 1,1% do espaço editorial examinado. Houve grande disparidade entre os jornais na cobertura deste assunto, pois, enquanto *O Estado* trouxe reportagens sobre diversos fatos, a *Folha* publicou apenas uma nota de uma indenização que o

governo deveria pagar, por conta de uma desapropriação de terras. *O Estado* divulgou matérias e notas sobre casos de protestos e ocupações de terras e mais duas reportagens sobre a queda do número de assentamentos em 2008, incorporando números e argumentos das fontes. Entretanto, não houve textos opinativos e a cobertura dos protestos e ocupações foi superficial. Somente as matérias sobre a diminuição dos assentamentos foram mais desenvolvidas. Da mesma forma que o item anterior, habitação, reportagens sobre a questão fundiária são geralmente provocadas por ocupações de terra e ações de protesto e, neste caso, apresentam certa sazonalidade, na dependência das manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

## Discussão dos resultados

Vamos sumarizar alguns resultados e algumas interpretações genéricas, tentando ultrapassar o nível puramente descritivo, embora conscientes de que se trata de uma sondagem preliminar, sobre um *corpus* relativamente limitado.

Em primeiro lugar, os textos opinativos corresponderam, em média, a 13% do total das matérias analisadas da *Folha* e a cerca de 11% daquelas de *O Estado*. A análise da amostra documenta que, apesar de o espaço do jornalismo opinativo no jornalismo diário oscilar bastante entre os diversos assuntos, apresenta uma frequência constante, exceto em três assuntos em que não há textos opinativos (violência estatal; movimentos por reforma agrária; e tragédias/clima, apenas em *O Estado*).

A pesquisa revelou que os jornais analisados – dois diários de ampla circulação nacional e com influência sobre outros meios – cobrem os temas de cidadania, bem

como permitiu identificar onze temas (relacionados na Tabela 1) levantados a partir da leitura e classificados *a posteriori*, revelando a gama diversificada da agenda deles sobre assuntos de interesse para a cidadania. Documentos, portanto, que a grande imprensa brasileira hoje não isola a realidade social, antes, pelo contrário, inclui os temas sociais, corrigindo certa análise linear tradicional que identifica os jornais com os interesses particularistas das classes proprietárias. Esse resultado sugere que tratar de temas e questões da cidadania é uma decisão correlata aos esforços de liderança política e cultural dos jornais, na perspectiva da hegemonia. No entanto, evidencia-se que os jornais analisados concedem aos temas da cidadania um espaço reduzido (em média 9,3% da área das matérias sobre assuntos públicos correntes).

A ordem de importância dos temas confirma o pressuposto teórico de que a cobertura dos jornais revela um forte viés de classe. Podemos observar uma ordem de precedência na Tabela 1, que contempla prioritariamente os temas de cidadania que são de interesse também da classe média. A ordem de importância dos temas com mais espaço nos jornais revela exatamente essa primazia como se pode observar:

- 1) relações de cor/minorias (existe uma classe média negra no Brasil);
- 2) tragédias/clima (atingiram a toda a população, sendo que muitos atingidos eram proprietários, sítiantes);
- 3) o emprego/desemprego (alcançou, também, executivos e funcionários administrativos);
- 4) a saúde/saneamento (tema de interesse universal, mesmo porque o SUS também cobre serviços usados por quem tem convênio particular);
- 5) a educação pública (a classe média frequenta fortemente as universidades públicas);

- 6) a anistia/regime militar (muitos militantes políticos à época do período autoritário pertencem hoje à classe média);
- 7) as greves (a maioria do noticiário foi sobre a paralisação de policiais civis, incluindo delegados de polícia).

Na medida em que editores, jornalistas, conforme observamos anteriormente, pertencem à classe média, tenderiam a cobrir mais extensamente os temas que dizem respeito a sua classe social ou, ao menos, *também* a ela. Como os leitores dessas publicações fazem parte majoritariamente da classe média, podemos supor que o interesse por tais matérias ou a inclinação para elas seja predominante, encorajando os editores e reforçando a característica.

Em sentido contrário, todos os temas que se referem a problemas das camadas subalternas da sociedade brasileira ficaram exatamente nas últimas posições, em termos de espaço relativo no noticiário sobre cidadania. Foram os seguintes:

- 8) violência estatal (as vítimas são, majoritariamente, da classes subalternas ou excluídos);
- 9) pobreza/desigualdade (a definição do tema circunscreve-o às camadas subalternas);
- 10) habitação (diz respeito à moradia popular, não ao estilo de vida);
- 11) movimentos por reforma agrária (movimento exclusivamente popular).

São temas com escasso valor de notícia, ou seja, que não apresentam interesse para jornalistas (e, supõe-se, para seus leitores), provavelmente porque não dizem respeito à classe média. A esse fator, adicione-se o fato já observado de que os jornais cobrem mal questões permanentes, problemas persistentes, porque não trariam novidade.



O fator *classe social* que pudemos identificar, somado ao critério profissional de agendamento dos assuntos pela novidade, tenderia a diminuir ainda mais a visibilidade para os temas sociais das camadas populares.

As análises permitiram identificar dois fatores relacionados ao agendamento de temas de cidadania social pelos diários: a *iniciativa* do veículo ou da redação; e os critérios profissionais de *noticiabilidade*. O suplemento “Racismo” é um exemplo do primeiro princípio: a redação planeja uma série de reportagens, encomenda uma pesquisa, a fim de editar todo um caderno sobre um tema que pode não apresentar um interesse imediato para a média dos leitores ou não se apoiar num fator de oportunidade ou circunstância especial. Ou seja, o que conta nesse tipo de cobertura é a iniciativa dos jornalistas, dos editores ou do *publisher*, correspondendo, de certo modo, ao que Schudson chamou de ação pessoal – quando há pessoas em posição de tomar decisões editoriais importantes, eventualmente na contramão das práticas rotineiras. No entanto, são raríssimas as investigações jornalísticas de iniciativa das próprias editorias sobre temas sociais, que dependem geralmente da divulgação de dados de pesquisa liberados por fontes oficiais. A *iniciativa* pode ser estimulada por agentes externos, como organizações sociais, instituições, que, às vezes, agem explicitamente por meio de premiações de trabalhos jornalísticos dedicados a certo tema, de forma a patrocinar iniciativas (*advocacy*). O exemplo mais destacado que temos no Brasil é o da Andi, que sinaliza permanentemente à imprensa sobre a relevância das questões da infância e da juventude, encorajando coberturas sobre esses assuntos.

Segundo princípio a atuar sobre o noticiário da cidadania, a *noticiabilidade* é o que define a maioria esmagadora das reportagens, permitindo identificar critérios que explicam por que certos assuntos se tornam notícia e outros não,

tais como o impacto sobre a nação; o número de pessoas envolvidas; a importância para o desenvolvimento de uma questão; a relevância ou notoriedade de pessoas envolvidas; a negatividade. É claro que os temas da cidadania também podem ser agendados pelos jornais a partir de sua noticiabilidade, mas, neste caso, as reportagens estariam na dependência de algum fator “jornalístico”, ou seja, apenas a relevância social pode não ser razão suficiente para que um assunto seja pautado.

Confirmamos analiticamente a suposição de que a maior parte do noticiário da cidadania é determinada pela força dos valores-notícia intrínsecos dos acontecimentos, como é o caso das crises humanitárias provocadas pelas calamidades climáticas em Santa Catarina ou o do desemprego resultante da crise econômica de 2008. Esses dois temas, situados em segundo e terceiro lugares em termos de espaço editorial, foram agendados sistematicamente porque contêm muitos fatores que os tornam fortemente noticiáveis, como o número de pessoas envolvidas, o impacto na sociedade, a atualidade, o ineditismo, a negatividade.

Jornais diários praticamente se definem pelo compromisso tácito com a atualidade. Mesmo assim, o agendamento de temas sociais pelo critério dos valores notícia tem um papel importante para os direitos de cidadania, ao dar visibilidade a esses temas. Além disso, embora essas publicações sejam em grande parte orientadas para os temas da atualidade, constituem um espaço possível, que, eventualmente, pode ser conquistado para os temas sociais. Os movimentos sociais, por meio de eventos e manifestos, que deem visibilidade e relevo aos temas da cidadania, podem conseguir a divulgação das pautas sobre reivindicações de direitos de setores ampliados da sociedade.

Fica clara, por último, a necessidade do acompanhamento dos jornais a longo prazo, a fim de produzir séries

históricas, nas quais, possivelmente, os resultados apareceriam refinados, revelando os temas mais frequentes a médio prazo. Os resultados do monitoramento de médio prazo da imprensa são importantes como referência para pesquisadores, editores, jornalistas, entidades da sociedade civil e leitores sobre a importância que a imprensa está conferindo, ao longo do tempo, à cobertura dos direitos de cidadania. Finalmente, além do acompanhamento dos repertórios de temas focalizados, são necessários estudos sobre os enquadramentos jornalísticos, para verificar de que forma os jornais pesquisados representam os acontecimentos e fatos, revelando o grau de apoio e qualificando suas posições em relação aos direitos de cidadania.

## 4

# ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS

A análise de enquadramento é uma metodologia voltada para examinar a organização particular do texto sobre um dado assunto, procurando verificar como as estratégias textuais o representam. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa da representação jornalística de determinado assunto e, por isso, não é possível realizar uma análise de enquadramento de objetos diversos, como o faz a análise de conteúdo, que reúne os textos em categorias, construindo tabelas quantitativas. Assim, para fazer a análise de enquadramento dos temas de cidadania, trataremos separadamente cada um dos assuntos reportados para, somente depois, buscar uma interpretação geral.

Selecionamos, para realizar essa análise, os assuntos que apareceram nas últimas posições da análise de conteúdo em termos de centimetragem, pois, como observamos, são justamente os que dizem respeito diretamente às maiorias, foco do nosso interesse analítico principal. Foram eles: violência estatal; pobreza/desigualdade; habitação; movimentos por reforma agrária.

Analizamos cada uma das notícias dessas categorias, a partir de três itens de observação:

- *Definição do acontecimento*: como a reportagem caracterizou o fato reportado. Definir é a ação primordial do enquadramento, pela qual um fato é identificado, o que carrega uma qualificação ética, jurídica, política, social, cultural. A intensidade dramática da narrativa jornalística também foi considerada como parte da definição.
- *Atores*: esse item procura observar como são referidos os personagens envolvidos na narrativa. As denominações empregadas para indicá-los pode ser neutra ou valorativa, expressando algum julgamento tácito a seu respeito.
- *Razões*: Quais os motivos apontados para os acontecimentos ou quais os motivos para avaliá-los positivamente ou negativamente. Nem sempre, porém, as notícias trazem razões claras ou motivos para os atos dos personagens, geralmente, porque essas razões não estão evidentes ou não são declaradas.

## Violência estatal

Apesar da significativa ocorrência nas cidades brasileiras de casos de violência indevida praticada por agentes do Estado contra cidadãos, o tema ocupa uma posição modesta no elenco de notícias relacionadas aos direitos de cidadania conforme a análise de conteúdo realizada. A análise de enquadramento que vamos proceder se dá sobre quatro ocorrências distintas, duas envolvendo policiais militares e duas envolvendo militares do Exército, incluídas na amostra; todas foram noticiadas pela *Folha*, enquanto *O Estado* noticiou somente as duas primeiras.

Reportagens:

- 1 – Adolescente de 16 anos é torturado por militares, após ter pulado o muro de quartel no Rio para fumar

maconha. Teve a cabeça, braços e corpo queimados e precisou ser internado.

- 2 – Presos algemados em Pernambuco são obrigados por policiais militares a cantar, dançar e se beijar na boca, enquanto são filmados. Vídeo é postado no YouTube.
- 3 – PMs obrigam estudante usuário de lança-perfume a beber a substância, levando-o à morte.
- 4 – Militares no Amazonas torturam jovens índios na sede do pelotão, em busca de indígena que teria trazido cocaína da Colômbia para a aldeia.

Passaremos, em seguida, a analisar os enquadramentos das as reportagens, uma a uma.

## **Garoto torturado por militares**

Trata-se do caso de um adolescente de 16 anos, detido e torturado por militares no começo de novembro de 2008, após ter pulado o muro do quartel no Rio de Janeiro para fumar maconha. O jovem teve a cabeça, braços e corpo queimados, sendo internado pela mãe adotiva, com a ajuda de vizinhos. Posteriormente, o Exército assumiu o tratamento, realizado em um hospital militar.

Foram publicadas as seguintes reportagens:

### ***Folha de S. Paulo***

Título 1: “Militares suspeitos de torturar rapaz no Rio” (7/11/08).

Título 2: “Exército bancará tratamento de jovem que diz ter sido torturado” (8/11/08).

### ***O Estado de S. Paulo***

Título 1: “Exército acusado de torturar garoto” (7/11/08).

Título 2: “Militares colecionam denúncias de violência” (8/11/08).

Título 3: “Torturado por soldados vai para hospital militar” (11/11/08).

### Definição

Definição é o que conceitua ou descreve o acontecimento, constituindo, portanto, um item de observação, chave na construção dos enquadramentos, pois responde à pergunta: “o que aconteceu ali?”.

#### Quadro 1 Definição

Expressões empregadas nas reportagens para narrar o ocorrido

<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p><b>Reportagem de 07/11/08:</b> Queimado com ácido e torturado; queimaduras de primeiro e segundo grau, provavelmente causadas por ácido; pode ficar cego; marcas de hematomas e queimaduras; sessão de torturas com ácido, choques e agressão física; “iam me matar”; “nunca senti tanta dor”. <i>Foto:</i> menino enfaixado, de costas.</p> <p><b>Reportagem de 08/11/08:</b> Exército bancará tratamento; Exército continua a negar as acusações mas vai arcar com os custos do tratamento do menino; (adolescente) foi interrogado pelo promotor do MP Militar; PF também investiga o caso. <i>Foto:</i> reproduz a foto anterior, um pouco ampliada.</p>	<p><b>Reportagens de 7/11/08:</b> Adolescente acusou de crime de tortura; foi espancado; recebeu choques elétricos; foi queimado; está internado, com ferimentos de primeiro, segundo e terceiro graus nas pernas, braços e rosto; não corre risco de vida ou de perder a visão; militares agiram com a maior frieza durante a tortura; davam tapas; usaram líquido que ardia; tacaram fogo e mandaram correr. Outros casos de agressão, tortura e morte envolvem praças e oficiais do Exército.</p> <p><b>Reportagem de 8/11/08:</b> Transferido para o Hospital da Força Aérea do Galeão. É o “início do processo de reparação”. Crime de tortura está configurado. Três envolvidos são identificados, mas não presos.</p> <p><b>Reportagem de 11/11/08:</b> Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência vai sugerir que a formação dos militares se dê de acordo com a Constituição de 2008. Coordenador vai monitorar investigação do caso do menino torturado.</p>

Dois das reportagens publicadas sobre o caso do adolescente pelos jornais são bastante semelhantes. Ambos noticiaram as agressões no dia 7 e deram continuidade no

dia seguinte. Além disso, *O Estado*, no dia 11, noticiou que a Secretaria Especial de Direitos Humanos relaciona o caso à formação dos militares, sugerindo sua mudança, com base na Constituição de 1988, que condena expressamente a tortura. As reportagens desta publicação assinalam duas vezes a expressão *crime de tortura*. Os dois jornais fizeram referência ao caso ocorrido em junho de 2008, quando militares entregaram três jovens de uma favela a traficantes de favela rival, pelos quais foram assassinados.

O que ressalta dos enquadramentos das matérias de ambos é a brutalidade das agressões, a gravidade das lesões sofridas, o sofrimento da vítima, a violência e covardia dos agressores, que, além de espancarem, darem choques elétricos e queimarem o menino com uma substância química, ainda atearam fogo nele. As matérias do dia 8 trazem ações do Exército procurando reparar a vítima, internada em hospital militar (*OESP*) e bancando o tratamento (*FSP*).

### **Atores**

Os *atores* formam outro item de observação. Servem para identificar os personagens da narrativa jornalística, podendo conter avaliações implícitas desses personagens.

O Quadro 2, na página seguinte traz as expressões utilizadas nas reportagens para referir-se aos personagens do caso, ou seja, agressores, vítima e outros. Ambos os jornais frisaram o fato de ser um adolescente de 16 anos, chamado nas reportagens de “menino” e “garoto”, o que destaca sua condição muito jovem, revelando compaixão pelo agredido. Já os agressores foram indicados de maneira neutra pela *Folha* e *O Estado* como “militares”. Este último diário emprega também as palavras “soldados”, “patrulha”, “supostos agressores” e “suspeitos”. Ou seja, os agressores receberam um tratamento verbal neutro. Outros atores compõem o restante da narrativa, revelando as implicações legais, políticas, médicas e humanas do acontecimento, amplificando seu significado.



**Quadro 2**  
**Atores**

Expressões empregadas nas reportagens para indicar: 1. a vítima; 2. os agressores e 3. outros participantes\*

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
1. Adolescente de 16 anos (2); jovem; rapaz (2); jovens; adolescente (2); menino (2); garoto.	1. Adolescente de 16 anos; J.S.G.; adolescente (3); o filho (2); invasor; rapaz; JSG, de 16 anos; J.; adolescente J. de 16 anos; adolescente J; garoto.
2. Militares (3).	2. Militares; tenente; um superior; patrulha; soldados; supostos agressores (2); suspeitos.
3. Exército; 9ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército; Delegado; Comando Militar do Leste; Hospital Estadual A. Schweitzer; Centro de Tratamento de Queimados do Hospital Pedro 2ª; a família; Promotor do MPM; PF; superintendente da PF no RJ; médicos e assistentes sociais do Exército.	3. 9ª Brigada de Infantaria Motorizada; a família; Maria Célia Furtado (mãe adotiva); Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ; familiares; Secretaria Especial de Direitos Humanos; coordenador geral de combate à tortura; advogado do adolescente, João Tancredo.

\* Estão entre parênteses os números relativos às repetições de expressões nas reportagens.

## Razões

As razões indicam os motivos ou a gratuidade das ações relatadas nas reportagens.

**Quadro 3**  
**Razões**

Expressões empregadas para indicar motivos das ações

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
A vítima reconhece que pulou o muro do quartel para fumar maconha. A mãe adotiva admite que o adolescente estava errado, mas diz que isso não justifica a tortura. O Exército alega que os militares aplicaram apenas <i>spray</i> de pimenta, indicado nessas oportunidades, pois ele resistiu à prisão, para impedir que o garoto fugisse.	A vítima diz saber que estava errada por fumar maconha, mas “eles me barbarizaram”.  O Exército alega que uma patrulha usou <i>spray</i> de pimenta para deter dois invasores que teriam tentado fugir.

Em ambos os jornais, as razões apresentadas são de duas ordens: 1) a vítima diz por que motivo pulou o muro do quartel (para fumar maconha com um companheiro, que fugiu dos militares), admitindo estar errada; 2) os militares dizem que usaram *spray* de pimenta para impedir que os “invasores” fugissem. Os jornais registram as alegações, ficando subentendido no texto que o motivo apresentado pelo adolescente não era suficiente para que fosse detido, enquanto a alegação dos militares (de que foi usado apenas *spray* de pimenta) parece inverídica, devido às lesões do adolescente, que teve que ser internado na divisão de queimados do hospital. Os repórteres cumprem o seu papel de ouvir as partes, mas o subtexto (ou as conotações do texto) dão pistas suficientes para o leitor interpretar, com base no bom-senso, que houve um abuso e que os agressores mentem.

Essas matérias são paradigmáticas nos enquadramentos jornalísticos da imprensa diária. Um acontecimento revoltante é revelado, o repórter precisa apurar e redigir a matéria em pouco tempo, evitando interpretar o caso, uma vez que as investigações nem começaram e não há culpas formalizadas. De qualquer maneira, trata-se de uma situação recorrente: profissionais treinados e armados para o uso da violência usurpam os direitos de pessoas indefesas, geralmente jovens pobres, que cometeram pequenos deslizes (pular o muro do quartel, fumar maconha) e, nessa condição, ficam à mercê de seus algozes, mal treinados, sem discernimento dos estreitos limites de sua autoridade e ignorantes dos direitos civis dos cidadãos. Nessa circunstância, os repórteres puderam apenas dar saliência a alguns aspectos reveladores sobre o caso: o fato de ser um menor (um “garoto”, um “menino”, como se lê nas matérias), a falta de importância do acontecido (pular o muro para fumar maconha), a selvageria das agressões e sua ilegalidade (“crime de tortura”), descrição dos ferimentos,

o sofrimento atroz do adolescente, as lesões sofridas e riscos de sequelas e as fotos publicadas que mostram o estado crítico em que o adolescente ficou.

*O Estado* trouxe, no dia 11, uma matéria que arre-mata os sentidos implícitos no acontecimento, além de vinculá-lo a outro mais grave ocorrido antes, envolvendo o Exército e três jovens do morro da Providência, também no Rio de Janeiro. A matéria informa que a Secretaria Especial de Direitos Humanos vai sugerir que a formação dos militares se faça de acordo com os preceitos da Constituição de 1988. É divulgado também que o coordenador-geral de Combate à Tortura, Pedro Montenegro, vai monitorar as investigações sobre o caso. Ou seja, fica implícito que militares estão agindo em desacordo com a lei, a Constituição e que isso é entendido pela Secretaria como resultado de um treinamento inadequado, ampliando a repercussão do acontecimento para a própria instituição militar (responsável pelo treinamento aos soldados).

## **Presos humilhados**

As matérias deste caso se referem a presos algemados obrigados a cantar, dançar e se beijar na boca, enquanto eram filmados. O vídeo foi postado no YouTube. Ou seja, trata-se de degradação e humilhação de presos por parte de autoridades que receberam do Estado a incumbência de sua custódia. O assunto mereceu algumas notas nos dois jornais.

Títulos das notas veiculadas:

### ***Folha de S. Paulo:***

“PM apura cenas de vídeo em que detidos são humilhados”(12/11/08, p.C3).

### ***O Estado de S. Paulo:***

“Humilhações a presos vão parar na Internet”(12/11/2008, p.C4).

**Quadro 4**  
**Definição**

**Expressões empregadas nas reportagens para narrar o ocorrido**

<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
PM de Pernambuco apura participação de policiais em cenas de vídeos, em que homens algemados são obrigados a cantar, dançar e se beijar na boca. Vídeos foram postados no YouTube. Para a PM, se confirmada a participação de policiais, haverá punição.	Vídeos gravados pela PM de Pernambuco mostram presos algemados sendo obrigados a se beijarem na boca. Outros presos fazem coreografia e cantam. Abusos, atitude criminosa, abuso de poder, impunidade, distúrbio, “doença”.

Percebe-se que os termos da narrativa da reportagem de *O Estado* a tornam mais detalhada e valorativa, reforçando os sentidos negativos aos fatos. O acontecimento ganhou repercussão na imprensa, provavelmente porque os vídeos foram postados na internet e as pessoas o compartilharam pelos celulares “por diversão”. A situação de submissão dos presos é total, e os policiais aproveitam para humilhá-los, o que consiste num desvio de conduta.

**Quadro 5**  
**Atores**

**Expressões empregadas nas reportagens para indicar:**

**1. agressores; 2. vítimas; 3. outros**

<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Policiais (2); PM.</li> <li>2. Homens algemados; dois homens negros; presos; vítimas.</li> <li>3. Justiça; PM de Pernambuco.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PMs de Pernambuco; um PM.</li> <li>2. Dois presos algemados; presos algemados.</li> <li>3. Movimento Nacional de Direitos Humanos; Ronidalva Melo; Assessoria de Imprensa da PM; Comandante da Rocam; porteiro Robson Gusmão.</li> </ol>

Os atores se dispõem nas matérias entre agressores, vítimas e outros. Os agressores são identificados de forma neutra, como PMs, policiais. Já as vítimas são especificadas como algemadas, sendo dois homens negros (*FSP*), o que revela, em primeiro lugar, sua sujeição e, depois, a cor.

**Quadro 6**  
**Razões**

**Expressões empregadas nas reportagens para indicar motivos**

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
O texto não expõe uma razão explícita.	Abuso de poder; impunidade; distúrbio; “doença” (de quem humilhou os detentos).

Não são apresentadas razões na matéria da *Folha* para a humilhação praticada contra os presos, enquanto em *O Estado* há referências expressas a *abuso de poder*, *impunidade*, *distúrbio* e *doença* dos responsáveis. Essas menções explicitam a situação de ilegalidade e desvio de comportamento nos atos praticados.

Transparece, assim, que a matéria de *O Estado* enquadrou o fato como *ilegal*, classificando tacitamente as razões dos responsáveis como criminosas, enquanto a *Folha* fez um relato factual dos acontecimentos.

## Obrigado a beber lança-perfume, estudante morre

Matéria publicada apenas pela *Folha*, em 15 de novembro, relata que policiais da cidade de São Paulo, após deterem dois rapazes que inalavam lança-perfume, obrigaram um deles, o estudante Marcos Paulo Lopes de Souza, de 18 anos, a beber o produto, provocando sua morte como consequência da ingestão, conforme opinião médica.

### *Folha de S. Paulo*

“PMs são suspeitos de obrigar estudante a beber lança-perfume” (15/11/2012).

**Quadro 7**  
**Definição**

**Expressões das reportagem para narrar o acontecimento**

<i>Folha de S. Paulo</i>
Policiais obrigaram estudante a beber lança-perfume; rapaz morreu; cheiravam lança-perfume; carro do Tático Móvel os abordou; testemunhas foram ameaçadas de morte.

O texto é neutro, mas, ao reportar a violência policial e morte da vítima, o enquadramento implícito na matéria é de que houve abuso de autoridade e homicídio. O fato de os rapazes inalarem a droga não configura sequer crime, segundo a legislação atual, mas foi a oportunidade para autoridades tripudiarem de forma fatal sobre um deles. A violência continua após o homicídio, pois as testemunhas recebem ameaças de morte.

**Quadro 8**  
**Atores**  
**Expressões empregadas na reportagem para**  
**indicar participantes**

<i>Folha de S.Paulo</i>
1. Seis policiais militares; PMs; PMs suspeitos; policiais.
2. Estudantes (2); rapaz (2); Marcos Paulo Lopes de Souza, 18 anos; Souza.
3. Anthony Wong (toxicologista); duas testemunhas; policiais civis; Comando Geral da PM; Comandante Geral; Subcomandante Geral.

A reportagem se refere a seis policiais, o que indica uma responsabilidade coletiva e a falta de treinamento, pois pelo menos um deles poderia ter alertado para a ilegalidade dos procedimentos. Seguindo um protocolo jornalístico, a matéria se refere a eles como “suspeitos”.

A vítima é referida como estudante de 18 anos, o que a humaniza e aproxima dos leitores, pela condição e pouca idade. Os demais personagens aparecem complementando as informações: são testemunhas, policiais civis, o comando da PM e o toxicologista, que explica o efeito letal do lança-perfume, na circunstância em que os fatos aconteceram, uma vez que os policiais fizeram o estudante correr após beber a substância tóxica, o que agravou seu efeito no organismo.

Quanto a *razões*, não são mencionadas. Na realidade, trata-se uma brutalidade inconsequente, perpetrada por autoridades do Estado, que tiraram a vida de um jovem de

maneira banal e irresponsável. A ausência de um motivo é o dado mais ultrajante, demonstra que não há necessidade de razões para a autoridade praticar tal ato diante dos integrantes mais desamparados da sociedade. Essa futilidade do homicídio, como aparece na reportagem, é um índice de como a usurpação dos direitos por agentes do Estado alcançou o absurdo na sociedade brasileira. Se está garantido que não haverá responsabilização da autoridade pelo delito, por que não fazê-lo? Essa é a face mais cruel desse tipo de crime praticado por agentes do Estado brasileiro: não há propósito, apenas há a certeza de que ficará impune. As vítimas estão ali, à mercê dos algozes, dominadas, subjugadas, sem ninguém para se ocupar de seus direitos. Logo, não têm direitos de fato. O crime é uma diversão, tendo como objeto os cidadãos. O simples agendamento dessa ocorrência pela imprensa, por sua natureza brutal e desumana, tem uma importância para a cidadania: dar publicidade ao desvio das autoridades, como forma de contornar o corporativismo que oculta esse tipo de crime. Parece não haver nem mesmo necessidade de um enquadramento indignado no texto, pois a narrativa traduz a perversão dos valores e do próprio sentido de sociedade, que se desfaz em barbárie.

### **Soldados do Exército torturam índios no Amazonas**

Reportagem da *Folha de S. Paulo* relata que soldados de uma guarnição do Exército, na fronteira com a Colômbia, detiveram e torturaram jovens índios durante uma noite inteira. A acusação foi feita pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O Comando Militar da Amazônia negou “atos delituosos” dos militares. Os índios, inclusive menores, teriam sido levados de suas casas ao pelotão do Exército, onde ficaram deitados no

chão, com armas apontadas para a cabeça deles. Foram, então, agredidos fisicamente e, depois, confinados nus em jaulas para onças, além de receberem baldes de água gelada e terem sido ofendidos verbalmente.

***Folha de S.Paulo***

“Índios acusam militares de tortura no AM” (27/11/2008).

“Exército afirma que não torturou índios” (27/11/2008).

**Quadro 9**  
**Definição**

**Expressões empregadas na reportagem para narrar o acontecimento**

<i>Folha de S.Paulo</i>
Denúncia de tortura de índios; índios teriam sido tirados de suas casas (inclusive menores); levados ao pelotão; deitados no chão com armas apontadas para a cabeça; agredidos fisicamente; confinados nus em gaiola de ferro, própria para prender onças; baldes de água gelada; ofendidos verbalmente. Comando Militar da Amazônia nega; investigação interna não identificou “qualquer ato delituoso” por parte de militares; 5º Batalhão de Infantaria de Selva, subordinado ao CMA e responsável pelo destacamento do 3º PEF, confirmou que 12 jovens indígenas foram levados ao pelotão.

O texto é cuidadoso, falando em denúncia e não de fatos comprovados, como é praxe dos protocolos jornalísticos. Foi ouvida a parte denunciada, o Comando Militar da Amazônia, mas ele nega que os fatos tenham ocorrido. Paradoxalmente, confirma que doze jovens indígenas foram levados ao pelotão. O relato do sofrimento é pormenorizado, recriando o clima de pavor e humilhação vivido pelas vítimas, conferindo um ar de veracidade à denúncia, pois parece improvável que um grupo de índios tenha tido a ideia de fazer uma acusação falsa. Nesse sentido, o enquadramento jornalístico beneficia os indígenas, uma vez que a narrativa dos acontecimentos denunciados é suficientemente verossímil, provocando indignação, mesmo diante da negativa do Exército.



**Quadro 10**  
**Atores**  
**Expressões empregada na reportagem para indicar**  
**participantes**

<i>Folha de S.Paulo</i>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índios; menores; supostas vítimas; jovens indígenas; jovens.</li> <li>2. Militares brasileiros; um grupo de sete militares lotados no 3º PEF (Pelotão Especial de Fronteira); militares.</li> <li>3. Outros atores: Ministério Público Federal do Amazonas; FOIRN; Comando Militar da Amazônia; procurador do Ministério Público Federal; procurador Rodrigo da Costa Lines; um jovem que teria trazido cocaína da Colômbia para a aldeia; generais João Carlos de Jesus Corrêa e Ivan Carlos Weber Rosas; 5ª Batalhão de Infantaria de Selva.</li> </ol>

As referências às vítimas é simpática: menores; vítimas; jovens indígenas; jovens, enquanto os termos para os denunciados é neutra: militares. A utilização da expressão “militares brasileiros” chega a parecer paradoxal, porque traz implícita a pergunta: porque militares brasileiros torturariam índios brasileiros?

Os demais atores comparecem revelando a gravidade institucional do acontecimento denunciado, uma vez que envolveu autoridades civis e militares do Estado, ou seja, alcançou repercussão institucional. Nesse sentido, a presença dessas referências na reportagem mostra a importância da violação praticada.

**Quadro 11**  
**Razões**  
**Expressões empregadas na reportagem para indicar motivos**

<i>Folha de S.Paulo</i>
Um jovem teria trazido cocaína da Colômbia para a aldeia.

Novamente, aqui, como nas reportagens anteriores, há um pretexto para a violência: um jovem índio teria trazido droga da Colômbia para a aldeia. Na verdade, embora isso não justifique o procedimento dos soldados, esse foi o motivo pressuposto pelas vítimas para as agressões, o que, em termos textuais, contrasta ainda mais a

gratuidade da violência, uma vez que esse índio não estava entre os detidos e pertenceria a outra “comunidade”. O enquadramento da ausência de razão ressalta da simples narrativa dos acontecimentos.

## Discussão

No primeiro caso, um adolescente pula o muro do quartel para fumar maconha, e soldados ateam fogo em seu corpo. no outro, um estudante usuário de lança-perfume é obrigado por policiais a beber a substância, provocando sua morte. No terceiro caso, presos algemados são obrigados por PMs a cantar, dançar e se beijar na boca, enquanto são filmados; ou seja, degradação e humilhação de presos, por parte de autoridades que realizam a sua custódia, por incumbência do Estado. Por último, jovens índios são presos, torturados por soldados do Exército porque há uma suspeita sobre um índio que teria trazido cocaína para a aldeia.

As matérias analisadas, ao revelarem a crueldade, covardia e suas consequências, como lesões graves ou morte, têm em comum enquadramentos favoráveis às vítimas, construídos pela narrativa factual, por meio da sugestão de arbitrariedade e ilegalidade nas ações dos agentes do Estado.

Essas quatro ocorrências de violência perpetrada por agentes do Estado foram publicadas nos dias da amostra. Provavelmente, são as mais graves ou mais notórias ocorrências do período. No entanto, diariamente, jovens pobres são submetidos a humilhações por autoridades policiais, o que não configura matéria jornalística, nem sequer poderia ser objeto de um boletim de ocorrência, pois as autoridades que iriam registrá-lo são as próprias infratoras.

O Estado brasileiro, se não for o principal, é um forte candidato a principal violador dos direitos da cidadania, ao desprezar a Constituição e as leis comuns. A violência de integrantes dos aparelhos repressivos (polícias e forças

armadas, que são os profissionais de combate à violência legal) contra a população é uma das mais graves violações dos direitos civis e, infelizmente, uma das mais comuns. Pagos, treinados e armados para defender a população, policiais ou militares utilizam, com frequência, sua autoridade, preparo e armamento para infernizar pessoas inocentes, humilhando-as, provocando lesões corporais leves ou graves e levando-as, eventualmente, à morte.

Esse tipo de crime estatal é, na quase totalidade dos casos, perpetrado contra as camadas pobres da sociedade, geralmente jovens indefesos, não brancos, na periferia e, por isso mesmo, desamparados, sem acesso à Justiça. Outras vítimas são também delinquentes, em supostos “confrontos seguidos de morte” ou em presídios abarrotados, os quais já promovem uma completa desumanização das pessoas. Com frequência, vítimas inocentes são declaradas culpadas ou “suspeitas”, por se encontrarem em periferias “perigosas” no momento em que passa uma viatura policial. A falta de recursos das vítimas e de suas famílias e a ausência de relacionamentos sociais com pessoas influentes fazem que esses crimes se encerrem num Boletim de Ocorrência muito conveniente, isentando agentes policiais ou militares, o que induz à impunidade e estimula novas ações covardes de profissionais da violência. Esses fatos são aqui mencionados sem apoio de bibliografia, mas são corriqueiros nos noticiários do jornalismo impresso e eletrônico brasileiro, sendo, inclusive, confirmados pelas próprias matérias que analisamos.

É ocioso lembrar que casos de violações desse tipo contra a classe média são praticamente desconhecidos, porque quem pertence a esse segmento teria meios para investigar, processar e conseguir a punição dos agressores fardados. Geralmente, enquanto a visão de uma viatura policial num bairro de classe média é tranquilizadora, para os moradores das periferias é motivo de pânico.

A publicidade jornalística desses acontecimentos é relevante, rompendo o silêncio e a inércia dos corporativismos policiais e militares, sempre capazes de ocultar esses crimes dos olhares externos e revelando a sua natureza perversa. Ao divulgar essas ações para o conjunto da sociedade ou pelo menos para setores dela, o jornalismo pode pressionar as corporações e o governo, servindo como uma espécie de sentinela da sociedade.

Tão importante quanto publicar a ocorrência pontual é dar continuidade à cobertura, impedindo o esquecimento, de modo a cobrar os responsáveis por um posicionamento, impedindo soluções acomodatórias. A publicação da matéria sem continuidade tem pouca força como cobrança, embora seja importante ao estabelecer uma espécie de referência negativa ou linha de base da cidadania, sublinhando o interdito social (além de legal) e ressaltando a existência de direitos, mesmo para os mais fracos.

No entanto, os jornais não são cobrados como instituições comprometidas com a cidadania, e os eventuais sucessos que possam ter na coibição da violência são resultados ocasionais da atividade. É necessário que editores tenham sempre em mente a importância do papel dos jornais na defesa da cidadania, no caso das violações os direitos civis das camadas subalternas da sociedade, já que, como vimos, não há exemplos, na amostra, de vítimas de classe média.

## **Pobreza/desigualdade**

### ***Folha de S.Paulo***

Na *Folha de S.Paulo*, foram publicadas apenas três pequenas notas sobre desigualdade e pobreza, todas na edição do dia 25 de novembro. Uma, apenas, coincidiu com a reportagem de *O Estado*. Como os assuntos são dessemelhantes, vamos examinar cada jornal em separado.

## Lula defende política econômica

### *Folha de S.Paulo*

“Em evento, Lula defende política econômica atual” (25/11/08, p.A11).

A matéria anuncia o pronunciamento de Lula a lideranças populares, estudantis e sindicais sobre política econômica e sobre a suspensão de novos investimentos na área social.

### Quadro 12 Definições

#### Expressões empregadas na reportagem para narrar o ocorrido

<i>Folha de S.Paulo</i>
Encontro de Lula com representantes de movimentos sociais, estudantis e sindicais. Lula fará a defesa da política econômica atual. Estão descartados investimentos extras na área social, mas ações em curso não sofrerão cortes.

A reportagem sugere uma atitude defensiva do presidente da República, diante das críticas dos movimentos sociais, estudantis e sindicais à política econômica. Com a crise econômica iniciada em 2008, o governo suspende novos investimentos sociais, embora garanta os já programados.

O texto parece neutro, apenas informativo. No entanto, o simples agendamento do encontro dá oportunidade ao presidente para justificar a política do governo. Ao mesmo tempo, é interessante observar que os programas sociais passaram a ser um tema jornalístico, ou seja, são agendados pelas publicações, embora recebam pouco espaço.

### Quadro 13 Atores

#### Expressões empregadas na reportagem para indicar participantes

<i>Folha de S.Paulo</i>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Presidente Luiz Inácio da Silva; Lula; presidente.</li> <li>2. Representantes dos movimentos sociais, estudantis e sindicais; movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis; MST, União Nacional dos Estudantes (UNE); indígenas; movimento negro; mulheres; empregadas domésticas.</li> </ol>

A nota cita três vezes o presidente Lula, com denominações diferentes, e especifica em dois momentos os participantes, acrescentando, na segunda vez, mais alguns personagens (MST, indígenas, movimento negro, mulheres, empregadas domésticas). Há certa valorização textual da plateia, embora no contexto de uma nota curta, que não abre espaço para a voz de nenhum representante dos movimentos sociais presentes.

**Quadro 14**  
**Razões**  
**Expressões empregadas na reportagem para indicar**  
**motivos apresentados**

<i>Folha de S.Paulo</i>
Política econômica atual é que possibilita manter investimentos na área social, durante a crise. A crise não permite investimentos extras na área social.

Trata-se da defesa da política econômica do governo, alvo de críticas dos movimentos sociais, relacionando seu sucesso à viabilização dos investimentos na área social. Lula também justifica a não expansão dos programas sociais com a crise financeira.

A nota apenas registra a decisão unilateral do governo sobre os investimentos sociais, e sua comunicação aos representantes de movimentos sociais. Não traz nenhuma voz crítica à política adotada, de modo que o enquadramento resultante sugere que a decisão seja adequada. Nesse caso, a ausência de oposição crítica no texto indica a existência de um enquadramento de apoio ao governo.

## **Unesco elogia o Brasil**

***Folha de S.Paulo***

“Documento da Unesco elogia o Fundef e o Bolsa Família” (25/11/08, p.C6).

Trata-se de nota informando que um relatório da Unesco elogiou o Brasil pelos dois programas sociais do governo, descritos como exemplos de soluções para a desigualdade.

Os *atores* são a Unesco e o Brasil, representado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e pelo Bolsa Família, uma vez que não há referências a pessoas.

As *razões* apresentadas na reportagem são de que o Bolsa Família é uma política de transferência de renda capaz de amenizar a pobreza e incentivar a escolarização das crianças mais pobres, enquanto o Fundef (fundo de distribuição de recursos para a educação) reduz as desigualdades nos gastos por aluno.

O enquadramento é favorável aos programas sociais, na medida em que divulga a avaliação positiva da Unesco. Ou seja, a simples publicidade desse fato significa um enquadramento favorável ao governo. Da mesma forma que a nota anterior, revela que programas sociais começam a se inserir no noticiário geral.

## **Novo índice social do governo**

### ***Folha de S.Paulo***

“Índice vai medir nível social das famílias” (25/11/08, p.A11).

Esta nota é a única que pode ser contrastada com *O Estado*, que também noticiou o assunto, embora de maneira muito mais extensa.

Em termos de *definições*, a *Folha* informa brevemente o lançamento do Índice de Desenvolvimento Familiar, acrescentando que será útil para as prefeituras. A nota da *Folha* registra que uma nova ferramenta digital permitirá aos prefeitos identificarem as demandas de famílias

extremamente pobres nos municípios, dando acesso ao Índice de Desenvolvimento da Família, IDF, criado pelo IPEA. Os *atores* são o governo, os prefeitos e as famílias pobres.

No item *razões*, não fica claro do que se trata, nem como o índice ajudará os prefeitos. Como não há controvérsia, o enquadramento sugerido é de que se trata de uma realização positiva do governo.

Por ser tão minúscula, a matéria não constará dos quadros, ao lado dos dados de *O Estado*, na análise.

### ***O Estado de S. Paulo***

*O Estado de S. Paulo* publicou uma nota sobre o orçamento da cidade de São Paulo e um conjunto de reportagens a partir da divulgação do IDF, do Ministério do Desenvolvimento Social. Vamos examinar a primeira.

## **Orçamento preserva investimentos sociais**

### ***O Estado de S. Paulo***

**“Kassab admite reajuste mas sem mexer na área social”** (7/11/08, p.A8).

Trata-se de nota dando conta de que o secretário municipal de Planejamento de São Paulo, Manuelito Pereira Magalhães Jr., garante que não haverá alterações na área social, em decorrência da crise financeira global.

### **Quadro 15 Definições**

**Expressões empregadas na reportagem para relatar o ocorrido**

<b><i>O Estado de S. Paulo</i></b>
Prefeitura de S. Paulo não vai mexer com a “parte social”, educação, saúde, habitação, assistência social, esporte e trabalho, que recebem 15,5 bilhões de reais, a maior fatia do orçamento. Caso ocorra, o contingenciamento ficará restrito a outros setores.



A nota, ao tranquilizar setores da área social dependentes de recursos municipais, indica a sensibilidade do governo municipal para essa área. A nota é, pois, o veículo dessa preocupação, ao dar publicidade a ela, de modo que, apesar de ser curta, revela um enquadramento implícito favorável à Prefeitura de São Paulo, que estaria preocupada com a área social.

**Quadro 16**  
**Atores**

**Expressões empregadas na reportagem para indicar participantes**

<i>O Estado de S. Paulo</i>
1. Kassab; prefeito reeleito Gilberto Kassab (DEM).
2. Secretário municipal de planejamento, Manuelito Pereira Magalhães Jr.
3. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Wadiah Mutran (PP).

Apesar de envolver o nome do prefeito Kassab no título, a nota não atribui especificamente a ele a afirmação sobre a área social, ficando o assunto referido ao secretário de Planejamento e ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara. Como não se faz referência específica ao prefeito no corpo da matéria, aparentemente, trata-se de uma orientação disseminada na equipe e no Legislativo paulistano.

**Quadro 17**  
**Razões**

**Expressão empregada na reportagem para indicar motivos apresentados**

<i>O Estado de S. Paulo</i>
“Temos que ver as prioridades: educação, saúde, habitação.” (Wadiah Mutran).

A única razão apresentada é a do presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, que declara a área social prioridade, indicando a existência de uma atitude de preservação dos programas sociais municipais.

É uma nota pequena, mas revela a preocupação com os direitos sociais da cidadania por parte da Prefeitura de São Paulo. A publicação não apresenta contestação, ou seja, uma voz antagonista praticamente valida esse critério (social), sendo um enquadramento favorável à política municipal.

## Índice de Desenvolvimento Familiar

Vamos examinar agora as reportagens realizadas por *O Estado* sobre a divulgação do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) e os resultados de sua aplicação, publicadas em 23 e 25 de novembro. Trata-se do conjunto mais importante da amostra, seja pelos dados que apresenta, seja pela extensão das matérias; apresentando textos, três fotos de personagens das matérias, tabelas e mapa, totalizando quase duas páginas inteiras, em dois dias, revelando onde e como vivem os brasileiros mais pobres.

*O Estado* afirma em sua primeira matéria que a divulgação dos dados do IDF foi recebida pelo jornal com exclusividade, o que, provavelmente, explica a pouca importância dada pela *Folha* ao assunto, uma vez que foi preterida pelo governo.

O tema foi apresentado em cinco títulos, os quais serão objeto de análise:

- 1) “Estudo detalha a miséria brasileira” (23/11/08, p.A1).
- 2) “Mapa descreve onde e como vivem os pobres mais pobres do Brasil” (23/11/08, p.A4)
- 3) “Caxias do Sul praticamente exterminou a miséria” (23/11/08, p.A4).
- 4) “Isolado, Jordão lidera ranking dos municípios mais pobres do país” (23/11/08, p.A6).
- 5) “Índice ajudará prefeitos a mapear a pobreza” (25/11/09, p.A6).

**Quadro 18**  
**Definições**

**Expressões empregadas na reportagem para relatar o ocorrido\***

<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>1) Os pobres mais pobres do Brasil são famílias que vivem do assistencialismo público, onde trabalho assalariado praticamente não existe. Amazonas, Pará e Maranhão estão em pior situação. Nove de cada dez municípios mais pobres estão na região Norte. O mapa foi montado pelo MDS com dados do Cadastro Unificado. São seis itens do IDF: vulnerabilidade familiar, escolaridade; acesso ao trabalho; renda; desenvolvimento infantil; condições de habitação. O município de Jordão (Acre) tem o pior IDF e o segundo pior IDH. A economia se restringe à economia de subsistência e extrativismo vegetal. Não tem saneamento ou tratamento de esgoto e a energia vem de um gerador. Os piores indicadores são o analfabetismo e acesso ao trabalho, mas este último revela mais as dificuldades das pessoas. Em 61 municípios o índice de acesso ao trabalho no IDF é zero. Além dos estados mais pobres, encontram-se Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Em mais de 3 mil municípios esse índice (trabalho) é de 0,05, numa escala que vai até 1,0. Isso significa que ninguém dentre as famílias mais pobres tem emprego formal ou fixo fora da agricultura de subsistência. São dependentes da Bolsa Família. Mora-se mal: há excesso de gente em casas precárias, sem saneamento, água tratada, coleta de lixo ou eletricidade. Na região Norte, há 14% de desnutrição infantil, porque a falta de saneamento produz diarreia crônica que impede as crianças de absorverem os nutrientes. A cidade de São Paulo tem um IDF de 0,55 igual ao de Teresina, Natal e Aracaju. Curitiba e Salvador são as melhores capitais, com 0,59 e 0,58.</p> <p>2) Caxias do Sul tem o maior IDF do país: 0,71 e apenas 3,6% de analfabetismo. Há uma correlação entre o IDF e o IDH, mas o IDF revela a pobreza escondida. (contin.) (contin.) Em São Paulo, o IDF mostra que as famílias mais pobres não têm tantos problemas de moradia, acesso à água tratada ou escolaridade baixa, mas podem ter tanta dificuldade de encontrar emprego formal quanto em cidades do interior do Nordeste. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) vai abrir o acesso aos dados em suas páginas na internet para que municípios e estados possam usar os índices para melhorar suas dificuldades.</p> <p>3) Japeri (RJ), cidade dormitório, é um dos 61 locais com IDF zero em trabalho. Pessoas que há anos não sabem o que é emprego formal com carteira assinada e benefícios da lei. Narrativa das histórias de vida de personagens do município.</p> <p>4) Jordão (AC) é o município mais pobre do País. Uma das cidades mais próximas, Tarauacá, fica a cinco dias de barco. 70% dos habitantes estão na zona rural, 40% são índios; o analfabetismo é 61%. Prefeito discorda: Jordão tem universidade (UFA), escola de enfermagem, energia elétrica 24 horas, acesso à internet, floresta</p>

muito rica, belo artesanato indígena, “dormimos de porta aberta e 80% da população frequenta a escola”. Governo do Acre não gostou de ver Jordão no topo da lista dos municípios mais pobres: o assessor especial do governo alega que o IDF utiliza critérios que só privilegiam aspectos urbanos e condenam o mundo rural. “Analfabetismo onde a maior parte da população se comunica por meio de línguas indígenas é complicado”. Não há creche, mas não há crianças desassistidas. O IDF deveria rever seus critérios.

- 5) A falta de acesso ao trabalho é o maior dos problemas sociais para a população mais pobre, que terá dificuldade de se beneficiar do crescimento econômico.

Pessoas com baixo nível de educação, pouca renda e perspectivas de futuro menores ainda. O IDF foi criado pela equipe do Ipea para analisar o grau de pobreza das famílias que fazem parte do Cadastro Único, que registra famílias com renda per capita inferior a 120 reais, estejam no Bolsa Família ou não. Todos os dados do IDF estarão disponíveis para que as prefeituras possam olhar cada família do seu município. O IDF de São Paulo para o trabalho é 0,05: há empregos, mas não servem para as pessoas que vivem hoje da assistência do estado. É o desemprego de longa duração. Os pobres não têm os requisitos para conseguir os empregos que existem. “A verdade é que se achava que era muito difícil chegar aos pobres mais estruturais, os pobres da vida inteira, mas se está chegando e se precisa de mais para cuidar desses pobres”. (Fonte: Modesto)

\*A numeração à esquerda se refere às reportagens cujos títulos estão relacionados anteriormente.

As matérias se referem exatamente a coletividades que apresentam os maiores déficits em termos da cidadania social: vulnerabilidade familiar, renda insuficiente, baixo acesso à educação, condições de habitação precárias. São as famílias com renda menor que 120 reais per capita. Nessa faixa, o maior IDF do Brasil alcança 0,71 em Caxias do Sul, mas é de 0,55 em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, sendo o mesmo de Teresina, Natal e Aracaju. As matérias trazem dados desconcertantes e paradoxais, que formam um mapa da desigualdade da sociedade brasileira nos estratos mais frágeis, revelando situações de exclusão e falta de perspectivas para a camada social focalizada. E não se trata de um fenômeno localizado, pois 3 mil municípios têm o índice de acesso ao trabalho de 0,05 para esse segmento da população, ou seja, praticamente nulo.

Além dos dados oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o conjunto das reportagens inclui matérias de iniciativa do jornal sobre os municípios de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (o maior IDF); Japeri, no Rio de Janeiro (um dos 61 com índice zero para acesso ao trabalho); e Jordão, no Acre (o menor IDF).

Aqui, porém, não se trata de “denunciar o povo ao governo”, pois os dados foram produzidos justamente pelo poder público. Trata-se mais propriamente de “denunciar o povo ao povo”, ou seja, colocar as questões para o debate na sociedade, como contribuição para uma tomada de consciência sobre a realidade das camadas mais pobres da sociedade, ocultas nos grotões, nas periferias, e favelas.

As reportagens não têm enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis ao governo, mas, ao divulgarem extensivamente o IDF e os dados empíricos que este possibilita produzir, expressam uma valorização da nova ferramenta analítica criada pelo governo Lula.

Ao mesmo tempo, ao contrastar os municípios brasileiros, revelando as desigualdades e as situações mais críticas, tacitamente constrói um enquadramento de inconformismo com os problemas socioeconômicos brasileiros.

### Quadro 19

#### Atores

Expressões empregadas na reportagem para indicar participantes\*

<i>O Estado de S. Paulo</i>
1) Governo; Hilário de Holanda Melo (prefeito de Jordão); Antonio Alves (assessor especial do governo do Acre).
2) Moradores: Jaci Apolinário da Silva (68); Varlindas de Jesus Silva (68); Dimas Felix da Silva (49); Cristiano e Delson Amaral Moraes; Ester e Luciana dos Santos Vicente; Jorge Rogério do Nascimento; pessoas com baixo nível de educação, pouca renda e perspectivas de futuro menores ainda; famílias que estão fora do mercado; pessoal que está em São Paulo; pobres estruturais; pobres da vida inteira.
3) Técnicos: economista Ricardo Paes de Barros, do Ipea, criador do IDF; Lúcia Modesto, secretária de renda e cidadania do MDS.

\*A numeração à esquerda indica as reportagens cujos títulos foram relacionados anteriormente.

De um lado, representantes do governo, prefeito, assessor do governo; de outro, os moradores, personagens individuais dos dramas. Do ponto de vista dos primeiros, é preciso reagir às informações negativas de seu município e estado ou, pelo contrário, defender a validade dos dados do novo índice. Os políticos (prefeito de Jordão e assessor do governo do Acre) apresentam os pontos positivos e até problemas dos indicadores, mas seus argumentos não são suficientes para reverter a avaliação de precariedade.

Do ponto de vista dos personagens populares, entrevistados pelo jornal em Japeri, há a confirmação pessoal dos indicadores técnicos, por meio da história de vida. Os enquadramentos do jornal procuram compor um painel com essas falas, a dos técnicos, dos executivos da política e dos cidadãos comuns. Ressalta a confirmação da validade dos indicadores pela voz dos moradores. Em Japeri, há entrevistas com moradores, trazendo a face humana e individual da questão do emprego. Há matérias com o sr. Jaci, de 68 anos, aposentado pelo Funrural, jamais teve carteira assinada; o sr. Dimas, de 49 anos, que vive de fazer biscates; os irmãos Cristiano, de 30 anos e Delson, de 29 e suas famílias, que vivem na casa da sogra das mulheres (que também são irmãs). Cristiano ganha salário mínimo num supermercado e Delson faz biscates, que rendem por volta de 80 reais por mês. Outro entrevistado, Jorge Rogério, também vive de biscates, às vezes, como camelô na cidade do Rio de Janeiro, a 72 quilômetros de Japeri. As vozes dos populares constroem um enquadramento de compaixão e revelam a garra dessas pessoas, humanizando os dados estatísticos.

A voz dos técnicos, expressa nos critérios de construção do índice e na montanha de dados produzidos, aparenta ser abalizada, consistente, com interpretações fundamentadas e, ao mesmo tempo, cortantes dos entrevistados. O enquadramento jornalístico resultante da voz dos técnicos

ressalta a importância do IDF e a situação calamitosa da vida de milhões de pessoas em milhares de municípios brasileiros.

**Quadro 20**  
**Razões**

**Expressões empregadas na reportagem para indicar significados e motivos apresentados\***

<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>1. O governo criou o IDF para organizar os dados do Cadastro Único. O IDF revela que aonde chega o assistencialismo mas não há políticas públicas articuladas o presente dos pobres é igual ao passado. O governo nunca se preocupou com Jordão (AC). “Quando a borracha acabou ficamos sem nada, sem emprego, sem produção, sem educação” (prefeito de Jordão). O IDF revela a pobreza escondida no IDH. Uma característica importante da pobreza no Brasil é a falta de acesso ao trabalho. O acesso aos postos de trabalho não melhorou. O IDF de trabalho de São Paulo é o mesmo de 3 mil cidades, que não alcança 0,05. Os empregos que existem na cidade de São Paulo não servem para as pessoas que vivem hoje da assistência do estado. Está-se chegando aos pobres mais estruturais, aos pobres da vida inteira. Os pobres não têm os requisitos para conseguir os empregos existentes. Depois do acesso ao trabalho, a educação é o indicador menos favorável dessas famílias. As crianças vão à escola, mas há adultos analfabetos.</p> <p>2. O IDF deveria rever seus critérios: utiliza critérios que só privilegiavam aspectos urbanos e condenam o mundo rural (assessor do governo do Acre). Prefeito discorda dos resultados: Jordão tem universidade (UFA), escola de enfermagem, energia elétrica 24 horas, acesso à internet, floresta muito rica, belo artesanato indígena, “dormimos de porta aberta e 80% da população frequenta a escola”.</p>

\*A numeração à esquerda indica as reportagens, cujos títulos estão relacionados anteriormente.

As matérias de *O Estado* foram bastante explícitas quanto ao valor do novo índice, bem como dos dados produzidos. Como aparece uma controvérsia fraca e não técnica, na voz do prefeito e do assessor do governo do Acre, o enquadramento resultante valoriza o novo índice, que permite acompanhar a condição dos mais pobres entre os pobres, medida necessária para o planejamento de políticas e ações dos governos.

As matérias também enfatizam que o critério *acesso ao trabalho* que compõe, ao lado de outros, o novo índice, se mostra o mais crítico de todos, com valores próximos a zero em 3 mil municípios, que incluem São Paulo, por exemplo. Os textos destacam que esse critério revela que o desemprego dos mais pobres tem características peculiares, esse segmento tem dificuldade de se beneficiar do desenvolvimento econômico pela falta de condições comparativas para competir pelos empregos criados.

Quanto ao significado dos resultados da aplicação do IDF, o enquadramento das reportagens é no sentido de ressaltar a importância e dramaticidade das informações. Esse destaque dos problemas revelados, indiretamente, dá razão aos projetos sociais do governo, que recebem críticas, especialmente o Bolsa Família, citado nas matérias.

Os enquadramentos são favoráveis às motivações do governo para a criação do novo índice e ressaltam os significativos resultados obtidos.

## Discussão

Na amostra analisada, fica evidente que *O Estado* superou a *Folha* na cobertura do tema da desigualdade e pobreza, em importância e extensão das matérias, devido especialmente à excelente cobertura da divulgação do IDF pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Pode-se dizer que as reportagens de *O Estado* sobre o assunto constituem um protótipo da função do jornal impresso no tema da cidadania social. É verdade que se trata de uma cobertura motivada pelo governo, fonte da maior parte dos dados. O jornal também fez reportagens complementares, ouvindo um prefeito, um assessor e moradores, mas por trás das matérias estão os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ipea e o próprio governo Lula.



Na medida em que, como observamos, as reportagens não questionam objetivos, métodos, nem resultados obtidos pelo Ministério, é como se o jornal os aprovasse, ou seja, é um enquadramento pró-governo, na medida em que valoriza o novo índice.

A divulgação do Índice e sua disponibilização mostram o agendamento do assunto pelo jornal. Independentemente dos enquadramentos, pautar temas sociais é uma forma de colocá-los na ordem do dia, gerando uma oportunidade para sua discussão.

Em contraste, as três notas publicadas pela *Folha* sobre desigualdade e pobreza, embora digam respeito a temas importantes, foram limitadas. Três notas sobre pobreza no país campeão da desigualdade em termos mundiais! Essas notas da *Folha* foram motivadas por acontecimentos pontuais, nenhuma resultou de investigação jornalística de iniciativa do jornal.

No contexto geral da cobertura de direitos sociais, entretanto, é importante lembrar que pobreza e desigualdade estão muito mal colocadas na centimetragem de ambos os diários. Isso faz lembrar a expressão de Vera Telles (2006), “a pobreza como paisagem”, ou seja, a desigualdade brasileira foi naturalizada, tornada uma realidade à qual não apenas não se presta mais atenção, mas se considera irremediável, como a geologia. A abolição da história, como escreveu Barthes, é uma das finalidades dos mitos modernos, que buscam fazer crer que os resultados da ação humana sejam fruto de forças não humanas:

Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano

que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (Barthes, 1980)

## Habitação

### O incêndio na favela

Sobre o tema habitação, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram uma pequena nota sobre protesto dos sem-teto em 20 de novembro e apenas uma notícia, no dia seguinte, sobre incêndio em favela de São Paulo. Esse tipo de ocorrência, infelizmente, já se tornou clássico nos jornais diários, pela regularidade com que ocorre, constituindo um dos raros momentos em que as favelas se tornam objeto do noticiário. O próprio fato de estar incluído na amostra demonstra essa afirmação. Vejamos como se deu a cobertura pelos dois Jornais:

#### *Folha de S. Paulo*

Foto com legenda (primeira página): “Fogo na rua” (8/11/2008, p.A1).

*Imagem:* crianças sentadas em primeiro plano assistem a incêndio na favela.

“Incêndio em favela deixa 1 desaparecido e 300 desabrigados” (8/11/08, p.C4).

#### *O Estado de S. Paulo*

Foto com legenda (primeira página): “Incêndio na favela: 800 desabrigados” (8/11/08, p.A1).

*Imagem:* Crianças sentadas em primeiro plano, fumaça vermelha ao fundo envolve barracos.

- “Tragédia: criança desaparece em incêndio na favela Alba” (Chamada com foto na página C1).

- “Criança some em incêndio que deixou 800 sem abrigo em favela” (8/11/08, p.C1).

Vamos examinar como foram representados os acontecimentos nos três itens de observação que estabelecemos: definições; atores; razões.

**Quadro 21**  
**Definições**

**Expressões empregadas nas reportagens para narrar os acontecimentos**

<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>Bebê de um ano e dez meses está sumido. Incêndio na madrugada destruiu cem barracos na favela da Rocinha em São Paulo e 150 famílias, mais de trezentas pessoas, ficaram desabrigadas. Ninguém ficou ferido. O incêndio foi controlado pelos bombeiros, que encontraram vestígios de um corpo humano carbonizado, que pode ser do bebê. A maior parte dos barracos era de madeira.</p> <p>Na Rocinha vivem 6 mil pessoas em 1,5 mil casas. Subprefeitura de Jabaquara vai doar mantimentos, colchões e cobertores. A maioria ficará em casas de parentes e só 10% em escolas e galpões. Moradores afirmaram que esse foi o sexto incêndio na região nos últimos anos. Subprefeitura pretende remover moradores até 2012.</p>	<p>Incêndio na favela Alba, zona sul de S. Paulo, deixou oitocentas pessoas desabrigadas. Uma menina de 1 ano está desaparecida. Bombeiros localizaram restos mortais carbonizados que podem ser da menina Ingrid.</p> <p>Na madrugada, moradores acordaram com o estrondo e barulho do incêndio. As ruas ficaram cheias de pessoas desesperadas, tentando salvar o pouco que tinham. Líderes comunitários improvisaram abrigos e uma central de doações.</p>

Há algumas discrepâncias quanto ao nome da favela (Rocinha ou Alba) e ao número de desabrigados, que seriam trezentos para a *Folha* e oitocentos na matéria de *O Estado*. A *Folha* especifica o número de habitantes da favela, enquanto *O Estado* narra o horror da noite do incêndio. São variações de foco e estilo dos repórteres ou orientações editoriais dos jornais.

Os jornais usaram fotos semelhantes na primeira página e exibiram de forma intensa o drama das crianças, mas a chamada de *O Estado* é mais forte e específica. *O Estado*

acentua o desaparecimento da criança na chamada interna e no título da matéria. Comparativamente, o jornal fez uma cobertura mais consistente no item “descrição”.

**Quadro 22**  
**Atores**  
**Expressões empregadas nas reportagens para indicar os participantes**

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Bombeiros; uma menina de um ano e dez meses; moradora Gildete Moreira; coronel dos Bombeiros, João dos Santos Souza; moradores; subprefeito do Jabaquara, Heitor Sertão; a mãe do bebê, Avelina Bárbara do Nascimento.	Uma menina de um ano (Ingrid); equipe de resgate do Corpo de Bombeiros; mãe: desempregada, viciada em crack há vinte anos, Avelina Bárbara do Nascimento. Delegado Enjolras Rello de Araújo; moradores; Renato Gonçalves, pedreiro; 21 equipes de bombeiros; líderes comunitários; Francisco dos Santos, catador de lixo ( <i>sic</i> ).

*O Estado* deu o nome da vítima fatal, Ingrid, e especificou a condição da mãe, dependente de *crack* que perderá a guarda de outras duas crianças. Neste sentido, individualizou a responsabilidade pela morte da menina, atribuída tacitamente à mãe. O jornal também ouviu o delegado de polícia e um morador que perdeu tudo e está desnordeado.

A *Folha* foi mais sucinta quanto à mãe da criança, não mencionou sua condição de dependente química. Ouviu também uma moradora narrar o acontecido, o coronel dos bombeiros e o subprefeito do Jabaquara.

Em ambas as reportagens, há, de um lado, as autoridades (subprefeito, coronel dos Bombeiros, delegado) e, de outro, moradores desesperados, a mãe da criança morta. Os agentes do Estado chegam para fazer o rescaldo e providenciar as perícias, mas não falam sobre providências do poder público acerca do destino das famílias desabrigadas, por exemplo, e tampouco são indagados sobre esse assunto.

**Quadro 23**  
**Razões**  
**Expressões empregadas nas reportagens para indicar**  
**os motivos envolvidos**

<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Coronel suspeita de incêndio criminoso. Não se descarta a possibilidade de vela, curto-circuito ou fogueira. A maior parte dos barracos era de madeira, casas de alvenaria ajudam a conter o fogo. Subprefeito diz que o ambiente é muito propício a incêndios. Mãe do bebê diz que saiu de casa para comprar leite.	Vizinhos contaram que Avelina deixava a criança sozinha em casa. O incêndio começou em seu barraco. Para delegado, só perícia pode afirmar a causa do incêndio.

Há um contraste nas reportagens dos dois jornais. A *Folha* reporta falas que mencionam diversas causas possíveis para o incêndio, bem como a presença de material combustível (a madeira dos barracos), tornando o ambiente vulnerável ao fogo. *O Estado* reporta uma acusação de vizinhos culpando a mãe da criança (usuária de *crack*) não só pela morte da filha, como também pelo próprio incêndio, antes mesmo que a perícia se pronuncie.

A causa específica dessa tragédia pode ser um dia descoberta pelos peritos, mas a frequência desses casos aponta para a causa real: a precariedade das habitações e do próprio ambiente. A cobertura da *Folha*, embora de passagem, mencionou o problema a vulnerabilidade dos barracos e do ambiente. A causa das causas, a falta de habitações regulares e seguras para os mais pobres, não é mencionada pelos personagens.

## Discussão

Coincidentemente, fez parte da amostra de jornais pesquisados um artigo assinado por Walter Ceneviva (*FSP*, 8/11/2008, p.C2) sobre habitação, intitulado “Morar e moral” (o qual não foi analisado por não constituir uma reportagem, mas um texto opinativo). O autor lembra

que o direito de morar foi incluído no capítulo dos direitos sociais da Constituição, pela emenda constitucional n.26/2000. Assim, a moradia constitui *um direito social dos cidadãos brasileiros, inscrito na Constituição*. Para o articulista, trata-se, aliás, de um direito fundamental que, não sendo assegurado, produz comunidades desequilibradas e injustas.

No entanto, o déficit habitacional continua existindo, o que pode ser observado diretamente no crescimento das favelas, embora seja pouco abordado pelos jornais. Como afirmamos no início, o problema habitacional só aparece na imprensa em casos de catástrofes, provocadas por incêndios, deslizamentos, desmoraonamentos ou desocupações de terrenos ou edifícios, por ordem judicial; ou seja, em situações em que existe um valor de notícia pontual mais espetacular. Mesmo nesses casos, o acontecimento, geralmente, se esgota na narrativa factual, não dando margem a entrevistas analíticas sobre a questão ambiental, a crise habitacional, a desigualdade social, a ausência do poder público, que são fatores por trás das tragédias. Poucas vezes um repórter retorna ao local dos acontecimentos no dia seguinte para dar continuidade à matéria, saber o destino das vítimas, as providências do governo, de modo que o assunto cai no esquecimento até uma nova ocorrência. Dessa forma, o incêndio (ou outro desastre) da favela é um assunto inglório na imprensa, com visibilidade quase nula, tratamento descontínuo e pouquíssima pressão por solução. Quando a favela pega fogo, é notícia porque produz fotos espetaculares, histórias comoventes que, no entanto, sugerem o lamento impotente: “que se há de fazer..?”.

Para a imprensa, as favelas e moradias precárias em geral, como a desigualdade social, têm sido transformadas em parte da paisagem e, como ela, não têm responsáveis.

## Movimentos por reforma agrária

Movimentos do campo por reforma agrária foi o assunto posicionado em último lugar na relação de assuntos analisados, em termos de centimetragem. Sobre o tema, há duas reportagens e algumas notas esparsas em *O Estado de S. Paulo* e apenas uma nota na *Folha de S. Paulo*. Os objetos das reportagens não coincidem, de modo que não há como fazer análises comparativas.

## Paralisia da reforma agrária

Analisaremos apenas uma reportagem de *O Estado*, a única no período verificado que oferece extensão mínima e complexidade para tanto.

“Governo desacelera reforma agrária” (16/11/08, p.A4).

“Número de famílias assentadas cai 68% em comparação a 2007” (16/11/08, p.A 14).

“Reforma ficou concentrada em terras públicas” (16/11/08, p.A14).

Vamos, como nas análises anteriores, relacionar as expressões referentes a definições no Quadro 24.

As declarações reportadas apontam a queda do número de assentamentos em 2008, indicando que a reforma está paralisada e que as famílias estão deixando os acampamentos, por falta de perspectiva de serem contempladas. Por outro lado, os assentamentos concentram-se na região amazônica, em projetos de colonização, com distribuição de terras públicas, o que não combate o latifúndio e devasta a floresta. Madeireiras, pecuaristas e latifundiários da soja acabam comprando as terras dos agricultores, reconcentrando a propriedade.

Como se pode ver no Quadro 24, as expressões constroem um enquadramento de paralisia, políticas erradas e má-fé do governo.

**Quadro 24**  
**Definições**

**Expressões empregadas na reportagem para narrar o ocorrido**

<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>Governo assentou 18,6 mil famílias de janeiro a outubro de 2008, 68% a menos que as 52,8 mil assentadas no mesmo período, em 2007. Em sete anos, o governo Lula assentou 467,5 mil famílias, ante o compromisso de assentar um milhão em oito anos.</p> <p>Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o governo incluiu na conta dos novos assentamentos a reposição de lotes desocupados em projetos antigos e regularização de projetos antigos de colonização. Considerados os assentamentos reais, os números são bem mais modestos, caindo para 300 mil famílias em todo governo Lula. A reforma agrária saiu de pauta, não só do governo, mas dos movimentos sociais.</p> <p>Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de famílias em acampamentos despencou.</p> <p>O MST considera que a reforma agrária está paralisada. Movimento continua fazendo ocupações, mas a imprensa não dá atenção.</p> <p>A reforma agrária se concentrou na região amazônica. Movimentos condenam: isso não combate a concentração fundiária e agrava a devastação da floresta. Famílias mais pobres se obrigam a desmatar os 20% da área para retirar lenha ou produzir carvão para sobreviver. Madeireiros, pecuaristas ou latifundiários da soja pressionam para comprar as terras dos assentados, concentrando outra vez a propriedade. “Está tudo errado”.</p>

No Quadro 25, estão relacionadas as vozes ou as pessoas citadas nas reportagens.

**Quadro 25**  
**Atores**

**Expressões empregadas na reportagem para indicar os participantes da matéria**

<i>O Estado de S. Paulo</i>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Governo Lula, governo.</li> <li>2. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da Abra.</li> <li>3. MST; Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST; movimentos de luta pela terra; João Pedro Stedile, líder do MST.</li> </ol>

As reportagens analisadas ilustram com nitidez o fato de que o enquadramento jornalístico é, em larga medida, o resultado daquilo que as fontes dizem. Assim, ele é influenciado pelo repórter, no momento da seleção das fontes.



Os personagens da narrativa são contrários à política atual do governo Lula, julgam que a reforma está paralisada e que os projetos de colonização na Amazônia não combatem a concentração de terras. Isso chega a ser paradoxal, porque só foram ouvidas pessoas ligadas ao MST, portanto, favoráveis à reforma, que são vistas como aliados de Lula e nas matérias são vozes de oposição.

A reportagem não ouviu as autoridades do governo sobre as avaliações negativas, de modo que não há respostas nos textos, apenas críticas.

#### Quadro 26 Razões

##### Expressões empregadas na reportagem para indicar motivos

<i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>Questão agrária saiu da pauta do governo e dos movimentos sociais. Abra: O fluxo dos recursos financeiros do governo foi canalizado para políticas compensatórias, “tipo bolsa isso, bolsa aquilo”, que estão aquietando os que lutam por reforma agrária.</p> <p>MST: Não existe um programa de reforma agrária em curso. O governo dá prioridade ao agronegócio e deixa em segundo plano a reforma agrária. Os assentamentos atuais são projetos de colonização na Amazônia. Paralisação da reforma agrária e opção pelo agronegócio, obriga famílias a saírem dos acampamentos por falta de perspectiva de serem assentadas. Empresas estrangeiras querem dominar a agricultura e impor o modelo devastador e concentrador do agronegócio.</p> <p>O que obrigou as famílias a abandonarem os acampamentos foi a paralisação da reforma agrária, pois os trabalhadores percebem que o quadro não é favorável.</p> <p>Não existe uma política de desenvolvimento agrário ou fundiário para a Amazônia. Governos optam pela distribuição de terras públicas para não enfrentar o agronegócio e o latifúndio. Não tem o desgaste econômico de fazer a reforma agrária, nem político do enfrentamento da bancada ruralista.</p>

Há três razões apontadas para os problemas atuais da reforma agrária. A primeira, dada pelo representante da Abra, é o de que os movimentos sociais se desinteressaram da luta, pois os acampados foram beneficiados por programas compensatórios.

As outras duas razões são do MST. A coordenadora nacional do movimento diz que o governo retirou a reforma de pauta e passou a privilegiar o agronegócio, o que levou os sem-terra a abandonar os acampamentos. O dirigente do MST, Stedile, faz uma crítica voltada aos projetos de colonização na região amazônica, onde terras públicas estão sendo distribuídas, o que acaba levando a uma reconcentração da terra pela compra dos lotes dos assentados por madeireiras, pecuaristas e plantadores.

Os enquadramentos do MST são bastante críticos às políticas do governo. Como o jornal não traz o contraponto das autoridades, as avaliações ficam valendo como verdadeiras.

## Discussão

As reportagens de *O Estado de S. Paulo* constroem um enquadramento desfavorável à política de reforma agrária do governo, apresentando dados quantitativos do número decrescente de assentamentos e avaliações negativas de entrevistados, comprometidos com a reforma e condenatórios dos rumos atuais. A crítica mais ácida provém de vozes do próprio MST, para quem o governo optou por priorizar o agronegócio e descuidar da reforma agrária. Aparentemente, o jornal joga as lideranças do movimento, antes aliadas, contra o próprio governo, a quem não dá a palavra.

Não há menção no que diz respeito à questão da cidadania propriamente dita relacionada aos acampados, em temas como direito ao trabalho, à renda e às condições dignas de vida. As matérias tratam o assunto como questões de políticas, oposições entre lideranças e governo, formulações ideológicas. O drama dos trabalhadores do campo é convertido em números de assentamentos, divergências. Não é ouvido um só assentado, por exemplo.



## CONCLUSÕES

Por meio das análises empreendidas ao longo deste trabalho, chegamos a diversos achados pontuais, expostos em cada capítulo, que vamos sumarizar nesta seção, para, em seguida, desenvolver reflexões mais genéricas.

A análise da distribuição da centimetragem pelos textos relativos à cidadania, no âmbito da amostra, permitiu afirmar que:

- Os jornais analisados cobriram os temas de cidadania, embora tenham destinado a eles um espaço reduzido, em média 9,3% da área das matérias sobre assuntos públicos correntes;
- A ordem de importância dos temas revelou um forte viés de classe: aqueles com maior centimetragem dizem respeito prioritariamente também aos interesses da classe média, a saber: 1ª) relações de cor/minorias; 2ª) tragédias/clima; 3ª) desemprego/desemprego; 4ª) saúde/saneamento; 5ª) educação pública; 6ª) anistia/regime Militar; 7ª) greves.
- Em sentido contrário, todos os temas que se referem a problemas que afligem de maneira quase exclusiva às

camadas subalternas da sociedade brasileira ficaram exatamente nas últimas posições, com espaço exíguo no noticiário sobre cidadania. Foram os seguintes, conforme a ordem de centimetragem: 8ª) violência estatal; 9ª) pobreza/desigualdade; 10ª) habitação; 11ª) movimentos por reforma agrária.

- Dois fatores foram propostos para interpretar o agendamento de temas de cidadania social pelos jornais diários: a *iniciativa* do veículo ou da redação e os critérios profissionais de *noticiabilidade*. No entanto, foram raríssimas as investigações jornalísticas sobre temas sociais de iniciativa das próprias editorias, que geralmente se limitaram à divulgação de dados de pesquisa liberados por fontes oficiais. Já a *noticiabilidade* foi o fator que definiu a maioria esmagadora das reportagens, baseada em critérios bastante citados na bibliografia das teorias do jornalismo que explicam por que certos assuntos se tornam notícia, tais como o impacto sobre a nação; o número de pessoas envolvidas; a importância para o desenvolvimento de uma questão; a importância ou notoriedade de pessoas envolvidas; a negatividade. Confirma-se, além disso, que os jornais cobrem assuntos pela atualidade dos acontecimentos (novidade), o que tenderia a diminuir ainda mais a visibilidade dos temas sociais de longa duração, que incidem sobre as camadas populares.

As *análises de enquadramentos* foram, de modo deliberado, realizadas sobre os quatro temas colocados nas últimas posições, logo os que se referem às maiorias: violência estatal; pobreza/desigualdade; habitação; movimentos por reforma agrária. A razão para essa decisão foi a intenção de examinar como são construídas as narrativas dos temas que afligem grandes coletividades e que mereceram menor espaço jornalístico. Destacando os achados mais relevantes dessas análises, obtemos a seguinte relação:

- No caso da violência estatal contra cidadãos, as narrativas jornalísticas de ambos os jornais, geralmente, construíram enquadramentos desfavoráveis às autoridades agressoras e revelaram o sofrimento das vítimas, sugerindo tacitamente a injustiça da situação e sua ilegalidade. Mas foram raros os casos de continuidade no acompanhamento dos casos, gerando sua repercussão, condição importante para pressionar as autoridades a se manifestarem sobre o assunto. Além disso, as matérias, por serem de jornais diários, geralmente se esgotaram no factual, que é bastante incerto sobre a culpabilidade, acertadamente dependente de inquéritos e processos. Também não foram produzidos textos opinativos sobre a violência estatal, o que seria relevante para a caracterização e condenação dos desvios de conduta dos agentes e das estruturas policiais e militares, assim como para a cobrança das autoridades de mudanças de padrões e punições dos culpados. Enquanto isso, o Estado brasileiro segue como o principal violador dos direitos humanos no país...
- Quanto ao tema de pobreza e desigualdade, *O Estado de S. Paulo* superou largamente a cobertura da *Folha de S. Paulo*, embora o espaço concedido por ambos ao tema tenha sido pequeno. A diferença a favor de *O Estado* se deveu à cobertura do lançamento do Índice de Desigualdade Familiar, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, retratado pelo jornal com reportagens próprias, revelando as condições de vida dos brasileiros mais pobres, em diferentes localidades, e colocando o tema na ordem do dia dos leitores. A *Folha* publicou apenas três notas sobre temas sociais, nenhuma resultante de investigação jornalística própria. Confirma-se que a desigualdade, de modo geral, não é um tema jornalístico destacado, pois foi naturalizada pelos jornais.

- O tema “habitação”, lamentavelmente, só obteve algum destaque nos noticiários de ambos os diários devido ao incêndio de uma favela paulistana, que deixou centenas de desabrigados e uma criança morta. O incêndio na favela é o clichê inglório do drama da habitação nos jornais, a confirmar que, via de regra, não constitui tema para reportagens analíticas ou críticas, em situação de normalidade.
- Quanto aos movimentos por reforma agrária, o último assunto em centimetragem na média dos dois jornais estudados, analisamos apenas uma matéria de *O Estado*, que oferecia complexidade para tanto. Trata-se de uma reportagem desfavorável à política de reforma agrária, revelando sua decadência em termos do número decrescente de assentamentos e avaliações negativas de militantes do próprio MST. No caso, tratava-se de cobrir exatamente essa situação de diminuição do ritmo da reforma, porém, não se contou na amostra outra reportagem significativa sobre o tema, cuja relevância é difícil negar.

Por agendarem os temas de cidadania de maneira limitada, deixarem os assuntos relativos às maiorias com as menores centimetragens, não darem continuidade às reportagens sobre violações de direitos das maiorias, não adotarem enquadramentos claramente condenatórios de estruturas e práticas injustas, os jornais estudados não atuaram como veículos voltados precipuamente para a defesa dos temas de cidadania, embora tenham um papel nesse processo. A participação dos jornais talvez possa ser ampliada pela pressão dos leitores, da crítica mediática, da elevação dos padrões de exigência de qualidade jornalística pela opinião pública e pelo debate no âmbito da esfera pública. Porém, nos parece que a ampliação da atuação dos meios na questão da defesa dos direitos da cidadania das maiorias será sempre limitada por condicionamentos estruturais da organização da atividade jornalística.

Na medida em que são financiados pela venda em bancas e assinaturas e pela publicidade comercial de grandes corporações industriais, comerciais e financeiras e devem, por conseguinte, atrair leitores que formem um mercado consumidor para os produtos e serviços anunciados, os jornais diários assumem um viés de classe muito forte. As bases econômicas e financeiras de operação das empresas jornalísticas constituem um ambiente cultural favorável a que os jornais representem prioritariamente, de um lado, os interesses da burguesia industrial, comercial e financeira, segmentos da classe dos grandes anunciantes e, de outro lado, os interesses da classe média, constituída pelos leitores.

Isso não impede, absolutamente, que os jornais representem interesses de outras classes sociais, aliás, o que está previsto pela teoria da hegemonia, de Gramsci, segundo a qual as classes hegemônicas lideram e logram o consenso devido ao fato de fazerem concessões às demais classes sociais, indo além de seus interesses imediatos. Por isso, temas de cidadania social diretamente ligados à classe trabalhadora ou às camadas mais pobres, dos excluídos (sem-terra, sem-teto, desempregados, por exemplo) aparecem nas páginas dos jornais. Porém, como nosso estudo confirmou, se considerarmos a expressão demográfica das classes subalternas, sua presença na imprensa constitui, na realidade, uma sub-representação, tanto do ponto de vista estatístico (espaço relativo), como político (enquadramentos praticados).

Esse resultado decorre da natureza peculiar da grande imprensa e sua necessidade de transportar um pacote de serviços para os leitores da classe média, bem como sugere a necessidade de se formular alternativas capazes de criar uma esfera pública na qual estejam representados direitos, interesses, demandas, interpretações e desejos das maiorias, o que implicará, necessariamente, outras modalidades de comunicação.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, M. F.; PREVEDELLO, C.F. Cidadania fragilizada: a representação dos direitos sociais na imprensa popular. *Líbero*, n.23, ano XII, jun. 2009, p.66-74.
- AZEVEDO, F. A. Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: GOULART, J. O. (org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BAKER, C. E. *Media, Markets and Democracy*. West Nyack: Cambridge University, 2001.
- BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOTTOMORE, T. Cidadania. In: BOTTOMORE, T.; Outhwaite, W. (Orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.73-4.
- CANELA, G. (Org.). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. Brasília; São Paulo: Andi; Cortez, 2008.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONTRERA, M. S.; FIGUEIREDO, R. R.; REINERT, L. *Jornalismo e realidade: a crise de representação do real e a construção simbólica da realidade*. São Paulo: Mackenzie, 2004.
- COOK, T. E. *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago; London: The University of Chicago, 2005.

- COSTA, C. T. Jornalismo como representação da representação: implicações éticas no campo da produção da informação. *Líbero*, v.12, n.23, jun.2009. p.29-41.
- CURRAN, J. *Media and Power*. London; New York: Routledge, 2006.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania. De que estamos falando?. In: MATO, D. (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Univ. Central de Venezuela, 2004. p.95-110.
- ENTMAN, R. M. *Projections of Power: Framing News, Public Opinion and U.S. Foreign Policy*. Chicago; London: The Chicago University, 2004.
- ESTEVES, J. L. M. *Cidadania e judicialização dos conflitos sociais*. Disponível em: <<http://www2.uel.br/cesa/direito/doc/estado/artigos/constitucional/Cidadania%20e%20Judicializa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Conflitos%20Sociais.pdf>>.
- FERNANDES, A. F. *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador, set. 2002.
- FERNANDES, M. Jornalismo cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. In: HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. (Orgs.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p.95-108.
- FRANÇOIS, B.; NEVEU, E. *Espaces publics mosaïques: acteurs, arènes et rhétoriques, des débats publics contemporains*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999.
- GANS, H.J. *Democracy and the News*. Oxford: Oxford University, 2003.
- GENTILLI, V. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. (Orgs.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- IGGERS, J. *Good News, Bad News: Journalism Ethics and the Public Interest*. Boulder; Oxford: Westview Press, 1999.
- KEANE, J. *The Media and Democracy*. Cambridge: Polity, 1998.

- KUNSCH, M. M. K. Campos de estudos emergentes em comunicação nas novas cidadanias. In: BEZZON, L. C. (Org.) *Comunicação, política e sociedade*. Campinas: Alínea, 2005. p.21-44.
- LAMBETH, E. B. Does civic journalism have a future?. In: SALVADOR, M.; SIAS, P. (Orgs.) *The Public Voice in a Democracy at Risk*. Westport: Praeger, 1998. p.115-26.
- LANOIX, M. The citizen in question. *Hypatia*, v.22, n.4 (Fall, 2007). P.113-129.
- MAIA, R.C.M.(Coord.) *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. Dos dilemas da visibilidade midiática para a esfera pública. Bauru: COMPÓS, 2006. 1 CD-rom.
- \_\_\_\_\_. *Mídia e deliberação pública: mediações possíveis*. Rio de Janeiro: COMPÓS, 2002. 1 CD-rom.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MC Nair, B. *Journalism and Democracy: an Evaluation of the Political Public Sphere*. London; New York: Routledge, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The Sociology of Journalism*. London: Hodder Arnold, 1998.
- MERTON, R. K; LAZARSELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.109-131.
- MIGUEL, L. F. *Influência e resistência: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política*. Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Brasília/DF, 29 de maio a 1 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/2001.html>>.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- REESE, S. D.; GANDY, JR., O. H.; GRANT, A. E. *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*. Mahwah; London: Lawrence Erlbaum, 2001.

- RIBEIRO, L.C.Q. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e estado*. vol. 22, n.3. set./dez. 2007. p.539.
- RODRIGUES, M. R. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTA, L. G. *Imprensa e poder*. Brasília; São Paulo:UnB, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.103-23.
- SAES, D. A. M. de. *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf>>.
- SCHUDSON, M. *The Sociology of News*. New York; London: Norton, 2003.
- \_\_\_\_\_. *The Power of News*. Cambridge; London: Harvard University, 1995.
- SILVA, L.M. da Jornalismo e interesse público. 15<sup>o</sup> Encontro Anual da COMPÓS. UNESP, Bauru, de 6 a 9 de junho de 2000. Disponível em: >[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_549.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_549.pdf)<.
- \_\_\_\_\_. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília; São Paulo: UnB; Imprensa Oficial SP, 2002. p.47-74.
- SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidania*. São Paulo: Contexto, 2003. p.191-263.
- SOARES, M. C. Jornalismo e cidadania em duas abordagens. In: VICENTE, M. *Comunicação e cidadania*. Bauru: Edusc, 2009. p.55-70.
- \_\_\_\_\_. *O jornalismo como instituição política*. In: GOULART, J .O. (Org.). *As múltiplas faces da constituição cidadã*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.195-199.
- \_\_\_\_\_. *Representações, jornalismo e esfera pública democrática*. Tese de Livre-Docência. Unesp, 2008.
- \_\_\_\_\_. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006. p.450-465. Disponível em: <<http://awww.editoraAtlas.com.br>> (capítulos extras).
- \_\_\_\_\_. Jornalismo e democracia: além das antinomias. *Comunicação: Veredas*. Unimar, v.4, p.119-144, 2005.

- SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2001.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.

SOBRE O LIVRO

*Formato:* 14 x 21 cm

*Mancha:* 20,4 x 42,5 paicas

*Tipologia:* Horley Old Style 10,5/14

*1ª edição:* 2012

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Arlete Zebber

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editoxa*